



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 758 - DE 22 DE FEVEREIRO A 7 DE MARÇO DE 2026 - R\$ 5,00



Quadro sombrio da crise mundial **Quatro anos da guerra na Ucrânia** **Estados Unidos cercam Cuba** **Imperialismo norte-americano** **ameaça de guerra o Irã**

NÃO HÁ OUTRA VIA A NÃO SER A DA REVOLUÇÃO SOCIAL

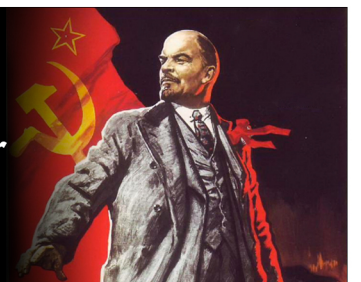


Pelo fim do cerco de Trump a Cuba!
Em defesa das conquistas da
Revolução Cubana!

Viva a greve geral na Argentina!
Abaixo a reforma trabalhista de Milei!

102 anos
do falecimento de
Vladimir I. Lênin

Memória eterna ao dirigente
da Revolução Russa, fundador
da III Internacional e construtor
da União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas (URSS)



Quatro anos da guerra na Ucrânia

Quadro sombrio da crise mundial capitalista

Não há outra via a não ser a da revolução social

O terceiro encontro, realizado em Genebra, no dia 17 de fevereiro, entre representantes russos e ucranianos, sob a “mediação” dos representantes norte-americanos, fracassou na tentativa de se chegar a um acordo de paz. Espera-se que seja melhor no quarto encontro previsto.

Embora a Ucrânia esteja acuada pela ofensiva das tropas de Putin, o governo Zelensky resiste em aceitar os termos de um acordo de 28 pontos lançado por Trump em novembro de 2025. Tudo indica que dois pontos interligados venham adiantando uma solução para a guerra: 1) anexação integral da região de Donbas pela Rússia; 2) instalação de uma força militar “pacificadora”. De forma que a Ucrânia pretende continuar com sua linha de se vincular à União Europeia e à OTAN.

A Rússia pretende que o Estado ucraniano seja desarmado. Em outros termos, a Ucrânia ficaria neutralizada entre a União Europeia e a Rússia, que no fundo estão na base da guerra. Ficou mais do que claro que os Estados Unidos foram os principais agentes da confrontação, em aliança com a União Europeia. Fez parte das diretrizes do governo Joe Biden o objetivo de recrudescer o cerco à Rússia e de avançar sobre a área de influência russa na Eurásia. A perda de influência da Rússia sobre o Estado ucraniano desde a crise de 2014 estabeleceu o terreno da guerra como a via de proteção do Estado russo.

Os Estados Unidos não vacilaram em transformar a Ucrânia em bucha de canhão para avançar o expansionismo imperialista na Eurásia e sitiá-la Rússia que havia chegado às últimas consequências na restauração capitalista, mantendo-se como uma potência regional militar e capacitada a exercer um poder econômico sobre as ex-repúblicas soviéticas que não caíram nas malhas da União Europeia e, portanto, da OTAN.

Kiev tem sustentado uma guerra tão longa, destrutiva e mortífera graças ao armamento e ao financiamento promovidos pelos Estados Unidos e seus aliados europeus. As sanções impostas pelos Estados Unidos à Rússia não foram capazes de debilitar Moscou ao ponto de Putin se dispor a acabar rapidamente com o conflito.

Trump mudou a diretriz norte-americana ao lançar um plano de paz e interrompendo a participação norte-americana na sustentação da resistência de Zelensky, mas não suspendeu o bloqueio econômico montado por Biden. Pôs às claras o interesse dos Estados Unidos em um acordo que lhes daria vantagens na partilha da Ucrânia. Condenou o governo dos democratas por dar início e alimentar a guerra e explicitou claramente que um acordo teria de resultar na devolução dos gastos do Tesouro norte-americano e na abertura de um caminho para os seus capitais na Eurásia. A indústria bélica dos Estados Unidos ganhou muito com a conflagração, mas, segundo Trump, o país não poderia continuar a despender recursos quando estava clara a derrota da Ucrânia e a indisposição de levar a OTAN à guerra com a Rússia.

Essa conclusão estratégica não se limita ao esforço de guerra pendido contra a Rússia por meio da Ucrânia. A força que mais se choca com os interesses internacionais da potên-

cia do norte é a da China. Trata-se, portanto, de redimensionar a diretriz dos Estados Unidos — como consta no documento “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América” —, que devem se preparar para uma guerra contra a potência asiática, que vem se projetando mundialmente, alicerçada e alavancada no processo de restauração capitalista.

A persistência da Europa imperialista em prolongar a guerra deve-se ao fato de que não se pode colocar por trás dos Estados Unidos sacrificando seus interesses próprios, evidenciados no cerco da OTAN à Rússia e nas provocações que precipitaram a guerra em 24 de fevereiro de 2022. A conflagração, que colocou frente a frente a União Europeia e a Inglaterra com a Rússia, assinalou o esgotamento da ordem internacional do pós-guerra.

A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi um dos acontecimentos mais importantes desse processo de desintegração do capitalismo mundial. Arrefeceu a Guerra Fria sem, contudo, eliminar suas raízes, que se encontram na contradição do capitalismo da época imperialista, em que as forças produtivas estão em choque frontal com as relações capitalistas de produção e com a divisão do mundo em Estados nacionais.

Nesse marco, a emergência da China como potência econômica alimentou tal contradição, levando os Estados Unidos a recrudescerem a guerra comercial e a impulsionarem as tendências bélicas que se encontravam adormecidas na Europa. É sintomático que se retome o curso da energia nuclear e das armas atômicas.

Esse quadro sombrio da crise mundial expõe a rota do intervencionismo imperialista chefiado pelos Estados Unidos e a possível colisão entre países que detêm poderosos complexos industriais-militares e armamento nuclear.

Depois de invadir o espaço aéreo da Venezuela e sequestrar o presidente Nicolás Maduro e impor suas condições ao governo interino de Dercy Rodríguez, os Estados Unidos deslocaram sua força naval para montar o cerco ao Irã. Nesse exato momento, se discute se Trump fará o mesmo que fez com a Venezuela. Caso o regime dos aiatolás não se curve diante das exigências do imperialismo norte-americano e do sionismo colonialista de Israel, a possibilidade de um novo ataque está posta, apesar da capacidade de resistência dos iranianos ser muito superior à dos venezuelanos.

A paz dos cemitérios de Trump/Netanyahu na Faixa de Gaza não resultou em estabilização que possa estancar e retroceder a multiplicidade de conflitos que movimentam as relações entre países, etnias e divisões religiosas no Oriente Médio. A necessidade dos Estados Unidos e de Israel de destruir o regime e o governo nacionalista do Irã combina com as ações militares voltadas a submeter o governo pró-imperialista da Síria.

A farsa do Conselho de Paz montado por Trump não atraiu nenhum país de peso econômico e militar que pudesse dar fôlego ao objetivo de Trump de impor a paz dos cemitérios à custa da anexação do que resta do território palestino e da projeção

do Estado sionista como força do colonialismo imperialista no Oriente Médio. No fundo, os Estados Unidos se impõem pela força das armas para conter a penetração da China na região e limitar a influência da Rússia.

A facilidade como Trump cercou a Venezuela pelo mar do Caribe e executou o sequestro de Maduro, bem como submeteu o que restou do governo chavista, abriu margem para o imperialismo norte-americano reunir aliados servís e tolher qualquer resistência de países que se sentem ameaçados pelas medidas de força dos Estados Unidos. Os mais importantes como o Brasil e México assistiram passivamente ao ataque à soberania da Venezuela. E a Argentina cumpriu o papel de vassalo.

O ditame de Trump para que a Venezuela interrompesse o envio de petróleo à Cuba foi acompanhado com ameaças ao México e ao Brasil, que poderiam substituir o petróleo venezuelano. Essa imposição recaiu sobre outros países fora da América Latina, como a Rússia, Irã, China etc. Os Estados Unidos criaram uma situação impar para submeter Cuba, afofando sua economia a um grau de asfixia até então nunca alcançado durante mais de seis décadas de cerco econômico e militar à ilha.

Essa condição impar caracteriza-se pela quebra dos movimentos nacionalistas, pela derrocada de governos nacional-reformistas e pelo fortalecimento das tendências pró-imperialistas gestadas no seio das burguesias nacionais. O fundamental, no entanto, está em que a classe operária, camponeses pobres e classe média urbana arruinada estiveram, em grande medida, subordinados ao nacional-reformismo e foram golpeados pela contrarrevolução nas situações de rebelião.

Cabe assinalar o quanto a contrarreforma trabalhista do governo Milei ganha terreno em função da quebra econômica do país e da via de maior subordinação às diretrizes de Trump.

Quebra-se parte da indústria e descarrega-se a falência da classe burguesa argentina sobre a maioria oprimida. A resistência do proletariado e demais trabalhadores obrigou as direções sindicais a recorrerem à greve geral, sem, contudo, potencializarem o combate sobre a base de um programa e estratégia revolucionários. Acontecimento semelhante se passou nas recentes lutas, dirigidas pela Central Operária Boliviana (COB).

Esses embates contrastam com a inércia imperante na Venezuela. Os movimentos de resistência às contrarreformas antinacionais e antipopulares ocorrem de forma segmentada e isolada. O atraso em unificar os combates acaba por se refletir na resistência ainda embrionária diante dos ataques do imperialismo, do alinhamento de governos vassalos e da impotência dos governos que manifestam discordância com a ofensiva militar e anexionista dos Estados Unidos. É brutal o isolamento de Cuba e a agressão norte-americana para liquidar de vez as extraordinárias conquistas da revolução de 1959.

Está posto para a classe operária tomar a dianteira na constituição da frente única anti-imperialista. No entanto, ela se acha obstaculizada pela ausência de partidos revolucionários constituídos em seu seio e provados na luta de classes. O fato contundente de persistir a crise de direção não elimina o fato de emergir objetivamente, do capitalismo em desintegração, o programa da revolução social, que tem por essência derrubar a burguesia do poder, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, restabelecer a transição do capitalismo ao socialismo e superar a dominação imperialista de um punhado de nações sobre a imensa maioria.

É desse quadro sombrio da crise capitalista e da luta de classes que se coloca a tarefa histórica de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Significado político da queda do ministro Dias Toffoli

Desde março de 2025, as autoridades vêm procurando resolver e enterrar o escandaloso caso da quebra do Banco Master, montado por Daniel Vorcaro. A demora explica-se pela complexa rede de relações estabelecida com agentes do capital financeiro, empresários, políticos e membros do Supremo Tribunal Federal (STF). Há sinais, inclusive, da participação do narcotráfico, que usou as negociatas de Daniel Vorcaro para lavar dinheiro.

A liquidação do Banco Master e da gestora de investimentos Reag, em novembro de 2025, pelo Banco Central, ocorreu no momento em que ficou patente que o edifício do parasitismo havia caído. A jogatina de Vorcaro não tinha como prosseguir, uma vez que faltavam fundos ao Banco Master para cumprir suas obrigações. Agora, em fevereiro, o Banco Central acaba de liquidar o Banco Pleno por falta de liquidez. Contabilizam-se R\$ 56 bilhões com os quais o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) terá de arcar para devolver os fundos aplicados no Banco Master. É uma regra que as grandes quebras envolvam não só instituições financeiras e empresariais, como também o meio político — enfim, o Estado.

No caso, veio à tona a participação de familiares de membros do STF, que se utilizam de influentes escritórios de advocacia para ganhar rios de dinheiro em defesa dos interesses de grupos capitalistas. Revelou-se que nove ministros do STF e 12 parentes próximos participam como sócios em cerca de 31 empresas.

Coincidentemente, o relator do processo de quebra do Banco Master, o ministro Dias Toffoli, não só tem parentes envolvidos, como ele próprio foi posto à luz do dia. A Polícia Federal descobriu que o ministro compõe uma sociedade com irmãos que investiam em magníficos resorts vinculados às ações do Banco Master, o que implicou a suspeição de Toffoli como responsável pelo processo judicial.

Essa revelação somente foi possível porque houve um vazamento de informações de autoridades da Receita Federal. As exposições atingiram também os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. A reação dos implicados foi a de acionar a Polícia Federal para descobrir os responsáveis pelo vazamento. O sigilo fiscal é uma forma de acobertar os milionários e bilionários que fazem todo tipo de jogo que lhes permita valorizar seu capital.

As revelações das tramas montadas por Vorcaro resultaram em crise política. Tornou-se insustentável a permanência de Toffoli na relatoria do caso. A portas fechadas, os ministros negociaram a renúncia de Toffoli e entregaram a condução do processo ao ministro André Mendonça, que não apareceu nesse escândalo, mas que não deixa de participar do círculo de juízes que se valem do posto. Sua empresa, Instituto Iter, recebeu R\$ 4,8 milhões com contratos públicos. Diante de sua exposição, o pastor presbiteriano Mendonça correu a informar que doará os lucros do instituto à igreja e a organizações sociais.

A crise política, que envolve não só o STF, mas também o Congresso Nacional e o governo federal, verifica-se quando os líderes do União Brasil, Antônio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira, saíram em defesa de Toffoli. As fraudes e a corrupção que estão sendo reveladas a conta-gotas atingem parlamentares. Eis por que a turma da oposição, afeita a constituir CPMIs, não quer que o Congresso Nacional se envolva diretamente no pântano. A movimentação contra a imputação do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, responsável por utilizar o Banco de Brasília (BRB) nas jogatinas de Vorcaro, estancou a exposição da rede de influência política vinculada aos partidários do governador.

Com a queda de Toffoli, espera-se que o ministro Mendonça administre a crise e permita um ajuste de interesses que envolva o capital financeiro. No final das contas, a quebraadeira recairá sobre o Tesouro Nacional e a população. O governo Lula tem procurado “lavar as mãos”, de forma a evitar que o escândalo se reflita na disputa eleitoral.

Religião e Política

As frentes parlamentares evangélicas e católicas se levantaram em alvoroço contra a escola de samba Acadêmicos de Niterói por ter desfilado com o tema “Neoconservadores em Conserva”. As fantasias estampavam uma lata de conserva, como se fosse de ervilhas, com a marca “Família”. Essa escola dedicou sua apresentação ao presidente Lula. A contestação da oposição começou pelo fato de fazer essa referência no momento em que está em marcha a campanha eleitoral, que tem na oposição o ultradireitista e evangélico, Flávio Bolsonaro. E concluiu no desfile carnavalesco com um irado protesto das frentes parlamentares religiosas à sátira.

Não se trata de um problema novo. Em 2019, o deputado estadual Paulo Araújo (PP) do Mato Grosso apresentou um projeto de lei de criminalização às sátiras e qualquer outra manifestação antirreligiosa. Em 2023, a Assembleia Legislativa de Manaus, por iniciativa da deputada Débora Menezes (PL), fez a mesma ofensiva. Mais recentemente, nas vésperas do carnaval de 2025, o deputado estadual de Brasília apresentou um projeto de lei criminalizando a sátira à religião e proibindo a marcha da maconha.

Os representantes parlamentares das igrejas anunciaram que farão uma representação junto à Procuradoria-Geral da República e ao Judiciário exigindo a “responsabilização criminal e civil dos envolvidos”, por considerarem “uma afronta lamentavelmente financiada com dinheiro público pelos nossos impostos”.

Os politikeiros que se valem das igrejas se arvoram como arautos do povo brasileiro, com o argumento de que a “fé cristã integra a identidade histórica e social do Brasil e inspira valores que estruturam milhões de famílias brasileiras”. Essa observação do presidente da Frente Parlamentar Católica, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), passa por cima de que a Igreja fez parte do poder colonialista e escravista que implantou o modo de produção capitalista no Brasil e dizimou a maior parte dos indígenas. A concepção de família das Igrejas é a que prevaleceu na história como um cárcere para as mulheres.

Depois do monopólio da Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas ganharam terreno utilizando-se de um grande aparato publicitário. As múltiplas nomenclaturas religiosas se vincularam parasitariamente ao Estado. É o que demonstra a força política das frentes parlamentares evangélicas e católicas que controlam boa parte dos partidos burgueses, sendo o PL e os Republicanos os principais capitalizadores do controle de milhões de fiéis pela fé.

O Estado é laico, mas formalmente. O direito de livre expressão religiosa garantido pelo Estado é utilizado para fins políticos, ideológicos e econômicos. Viola-se o fundamento democrático de que cabe ao Estado declarar a religião como um assunto privado e

Mesmo com a participação de governadores e prefeitos de oito estados — tendo à frente o do Rio de Janeiro — na aplicação dos fundos previdenciários na jogatina do Banco Master, os sindicatos permanecem passivos. A burocracia corrompida mostra-se incapaz de defender os interesses dos trabalhadores. O problema, portanto, não diz respeito apenas à burguesia e às instituições do Estado, mas principalmente à maioria explorada. O que vem ocorrendo com o Banco Master expressa a projeção do parasitismo financeiro e da decomposição do capitalismo.

Está posta a chamada para que os sindicatos saiam imediatamente em defesa dos fundos previdenciários, para que os responsáveis devolvam integralmente os recursos, para que paguem pelas fraudes e para que não haja nenhuma perda aos cofres públicos. Está posta a luta pela constituição de um Tribunal Popular, embasado na classe operária e nos demais oprimidos. Essa é a via para apurar os crimes da burguesia e puni-los.

que as igrejas não podem promover os seus interesses se valendo desse direito. A religião como um assunto privado não significa negar que no âmbito da sociedade não é um assunto privado, uma vez que pode ser questionada e combatida como subordinação ideológica dos explorados aos exploradores.

O marxismo como ciência da história e das transformações revolucionárias considera a religião como “um reflexo fantástico, na cabeça dos homens, dos poderes externos que dominam sua existência cotidiana: um reflexo no qual as forças terrenas assumem forma de supraterras”. A luta pela emancipação da classe operária da dominação burguesa e do domínio imperialista implica separar os explorados do poder das igrejas e elevar a sua compreensão de que a religião é “o ópio do povo”.

Não está aqui em considerar se a sátira carnavalesca é um bom caminho para essa luta. O que está em consideração é o combate a toda tentativa dos aparatos religiosos e de seus partidos de silenciarem as críticas. Assinalamos que a utilização da crítica para fins de disputas eleitorais não leva ao objetivo de superar o obscurantismo religioso.



STF abre espaço para exploração privada de minerais em terras indígenas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, deferiu, no dia 06 de fevereiro, uma ação favorável à exploração de recursos minerais por povos indígenas. A decisão cautelar atende à solicitação da própria coordenação dos povos indígenas Cinta Larga (cujo território fica entre Rondônia e Mato Grosso). O ministro estabeleceu um prazo de 24 meses para que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica que regularmente a exploração mineral em territórios indígenas em nível nacional.



A reivindicação dos Cinta Larga, de desenvolver o garimpo legal, não é a mesma do conjunto dos povos indígenas e não condiz com a tradicional atividade extrativista natural das comunidades originárias e dos povos da floresta. Esta ação, inevitavelmente, abrirá brechas para que o Congresso a transforme num verdadeiro projeto privado de apropriação das riquezas desses territórios, tendo em vista que, na prática, as empresas mineradoras (que possuem o capital e a técnica para explorá-las) passarão a assediá-las as comunidades indígenas.

A justificativa do ministro é de que a exploração mineral já acontece nesses territórios, mas de forma “ilegal, clandestina e violenta”, e que busca apenas a regularização pendente há muito

tempo sobre a questão. O problema põe em evidência as relações existentes entre o modo de vida indígena e a grande propriedade privada. A dissolução do primeiro é uma exigência para que o segundo se apodere dos recursos naturais e de suas terras. Se antes o empresariado recorria, exclusivamente, à violência e à expulsão das comunidades, com a regularização da exploração legal nos territórios indígenas, estarão livres para agregar, aos

antigos, os métodos novos de suborno direto, de compra de lideranças e de chantagem econômica.

Fica patente que a preservação das comunidades indígenas, sua relação com a natureza e tradições culturais se chocam abertamente com o avanço da grande propriedade privada burguesa e do capital financeiro.

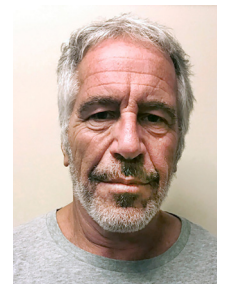
Nesse sentido, duas importantes tarefas convergem: a defesa da autodeterminação dos povos originários e a expropriação da burguesia. O POR destaca que ambas tarefas só podem ser cumpridas com unidade da maioria nacional oprimida sob a direção do proletariado. Apenas esta assegurará os interesses das comunidades indígenas e povos da floresta sobre a base de uma economia planificada que estabeleça uma nova relação entre os seres humanos e a natureza.

O que o caso Epstein diz sobre o capitalismo?

Desde o ano passado, o escândalo de abusos e tráfico sexual envolvendo o financista Jeffrey Epstein atraiu os holofotes de toda a mídia, não por causa de Epstein em si, mas pelas figuras envolvidas no esquema, pela quantidade de vítimas (menores de idade em sua maioria) e pelo tempo que perdurou. Estimam-se pelos mais de três milhões de arquivos liberados pelo Departamento de Justiça dos EUA no dia 30 de janeiro (dentro os quais, 2 mil vídeos e 180 mil fotos extraídos dos dispositivos eletrônicos de Epstein). Ficou demonstrado que suas ligações com grandes empresários o tenham levado a buscar redes de prostituição em vários locais do mundo. No Brasil, mantinha correspondentes que buscavam recrutar as vítimas por meio de agências de modelo, com contratos sigilosos, para a sua ilha privada no caribe – nas Ilhas Virgens – onde praticava seus crimes. Epstein cogitou comprar estas mesmas agências para facilitar seu comércio obscuro.

Os arquivos expostos não somente revelam a profundidade das relações corruptas entre a burguesia e os agentes de Estado, mas como elas se desenrolam até os requintes mais bárbaros de crueldade e como a justiça burguesa é leniente com os grandes magnatas. Entre os envolvidos estão nomes respeitados do empresariado, da política burguesa, do “showbusiness” e até do mundo acadêmico, despontando nomes como do ex-presidente Bill Clinton, dos empresários Bill Gates e Elon Musk, do ex-príncipe britânico Andrews Windsor e, para a surpresa de ninguém, do presidente Donald Trump (citado em 3.200 arquivos). Trump é suspeito de abusar sexualmente de uma garota de 13 anos. O republicano tenta desesperadamente desviar a atenção do caso, enquanto outros capitalistas limitam-se a dar declarações de “arrependimento”

ou até mesmo de negação no envolvimento com Epstein. Nenhuma dessas figuras tem sido um alvo sério do Departamento de Justiça dos EUA, que evita atingir a oligarquia financeira, com grande ascendência sobre a máquina pública através de governos, parlamentares e juízes.



Não é à toa que os envolvidos no caso Epstein estejam localizados neste estrato social: é precisamente onde está a principal demanda do mercado de tráfico sexual, pois se trata de um serviço clandestino altamente fetichizado, custoso e elitizado. Aí está a chave para entender o porquê Wall Street e Vale do Silício estão atolados nesse lamaçal. Trata-se, evidentemente, de mais um crime da burguesia, expresso na exploração sexual da juventude; um verdadeiro sintoma da barbárie social, onde o próprio corpo e a vida humana tornam-se mercadorias de luxo e de desejo de parasitas financeiros. As vítimas, na maioria das vezes, são jovens exploradas, sem perspectiva de vida sob o capitalismo e que se veem ludibriadas pelas promessas de charlatões e abusadores.

Este é um fenômeno material que não fala apenas de Epstein, Trump, Clinton, Gates ou qualquer outro burguês particular, mas diz respeito a uma doença social oriunda da opressão de classe da sociedade burguesa em decadência. A conclusão que se deve tirar do escandaloso caso Epstein é a de que as forças motrizes do tráfico e da violência sexual terão fim unicamente com a extinção da sociedade de classe por meio da revolução social.

Resoluções ao VI Congresso da CSP-Conlutas

Corrente Proletária / Partido Operário Revolucionário
CONJUNTURA INTERNACIONAL

Considerando que

A crise do capitalismo é estrutural e decorre da contradição entre forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção monopolistas, bem como entre a produção social mundializada e as fronteiras nacionais que limitam seu desenvolvimento. A debacle de 2008-2009 marcou um novo estágio da decomposição do sistema imperialista, intensificando a guerra comercial, o protecionismo e a disputa por mercados, matérias-primas e zonas de influência, reforçando a necessidade de uma nova partilha do globo, dado o esgotamento da partilha imposta pelas potências vencedoras da Segunda Guerra.

O recrudescimento dos choques entre potências expressa o declínio relativo dos Estados Unidos e a ascensão da China como potência concorrente, acirrando as tensões econômicas, militares e diplomáticas. O processo de restauração capitalista corresponde ao fracasso do estalinismo contrarrevolucionário, bem como à voracidade do imperialismo, que necessita abocanhar os territórios onde ocorreram as revoluções e a expropriação da burguesia. A desintegração da URSS, nesse sentido, representou um duro golpe, dado que levou à interrupção da transição do capitalismo ao socialismo.

A preponderância das forças restauracionistas, porém, ao invés de conduzir a uma ordem mundial harmônica, só aprofundou as contradições inerentes ao capitalismo, com o agigantamento do parasitismo financeiro e o aumento da concentração de riquezas. A intensificação do armamentismo, da expansão da OTAN e dos conflitos regionais indica o avanço de tendências bélicas que ameaçam a humanidade com novas catástrofes. A expressão mais acabada desse processo se encontra na política ditada desde a maior potência, os EUA.

O governo Trump aprofunda a ofensiva imperialista sobre a Venezuela, Cuba, Palestina, Irã, Ucrânia, Groenlândia e demais regiões estratégicas, buscando garantir a hegemonia norte-americana por meio de sanções, bloqueios, intervenções militares e imposição de alinhamentos políticos. Trata-se de uma resposta diante da perda de posições econômicas e geoestratégicas, principalmente frente à China. A desindustrialização vem se impondo contraditoriamente no mundo, sendo perceptível o declínio estadunidense e europeu.

A ofensiva contra a Venezuela integra a estratégia de disciplinamento da América Latina e de contenção da penetração econômica chinesa no continente, rico em recursos naturais. As reiteradas ameaças sobre Cuba, Colômbia, México, Panamá e o Brasil compõem uma situação de agravamento dos choques, inclusive se traduzindo em conflitos internos, os quais concluem invariavelmente em maior subordinação ao imperialismo, tendo em vista a ausência de forças nacionalistas genuínas. O nacional-reformismo, dado seu conteúdo de classe burguês, mostra o seu fracasso histórico, embora mantenha alguma expressão política por meio de partidos e governos débeis.

Apesar da ofensiva do capital e da incapacidade do nacionalismo, seja na América Latina ou em qualquer parte do mundo, multiplicam-se sintomas do acirramento da luta de classes: manifestações de massas na Argentina contra os ajustes; greves e mobilizações multitudinárias nos Estados Unidos, inclusive contra o ICE; resistência heroica do povo palestino em Gaza; greves gerais e levantes operários na Europa; mobilizações contra a retirada de direitos em diversos países. Essas explosões instintivas brotam da terrível opressão e da exploração capitalistas.

Tais lutas, embora expressivas, não avançam para uma saída revolucionária devido à crise de direção do proletariado mundial, que mantém as massas sob influência do reformismo, do nacionalismo burguês, do estalinismo, do centrismo e das direções conciliadoras. A ausência de uma direção revolucionária internacional permite que o imperialismo e a burguesia se encontrem com as mãos livres para aprofundar seus ataques e preparar novas guerras. Sem o partido mundial da revolução socialista, já que o estalinismo destruiu a IIIa Internacional e a IVa, fundada por Trotsky, foi corroída pelo revisionismo após a sua morte, os levantes instintivos das massas não podem se converter em ação consciente, voltada à destruição da raiz de toda a barbárie, que é o capitalismo, erguendo em seu lugar uma sociedade superior, socialista.

Está aí a enorme tarefa que recai sobre a vanguarda com consciência de classe: reconstruir a IV Internacional, cujo programa mantém sua vigência. A perigosa aproximação de uma nova conflagração mundial, que seria nuclear, aumenta a necessidade de frear a destruição promovida pelo imperialismo, colocando em primeiro plano o método do Programa de Transição, que implica mobilizar os explorados a partir de suas reivindicações elementares, combinando esse combate à luta mais geral, de caráter anticapitalista e anti-imperialista.

O VI Congresso da CSP-Conlutas aprova:

- Posicionar-se contra a ofensiva imperialista em curso, denunciando a política agressiva dos Estados Unidos e seus aliados e organizando os trabalhadores e a juventude oprimida tomando como ponto de partida suas reivindicações elementares, com o método da ação direta coletiva;

- Defender incondicionalmente os países oprimidos diante das agressões imperialistas, sem conceder apoio político às suas direções burguesas;

- Levantar a bandeira da constituição de uma Frente Única Anti-imperialista, baseada na mobilização independente dos explorados e dos povos oprimidos, sob a direção do proletariado;

- Vincular a luta contra a guerra, o armamentismo e as sanções à perspectiva estratégica da revolução proletária e do socialismo;

- Afirmar a necessidade histórica da reconstrução da IV Internacional como instrumento indispensável para superar a crise de direção revolucionária.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Resoluções ao VI Congresso da CSP-Conlutas

Corrente Proletária / Partido Operário Revolucionário

CONJUNTURA NACIONAL

Considerando que

Ao completar três anos, o governo Lula/Alckmin confirmou seu caráter de governo burguês de frente ampla, preservando a essência da política econômica dos governos anteriores, baseada no ajuste fiscal, no pagamento rigoroso da dívida pública e na submissão às exigências do capital financeiro. Apesar da retórica reformista de distribuição de renda, democratização do Estado e enfrentamento às desigualdades, não foram revogadas as contrarreformas trabalhista e previdenciária, tampouco a Lei da Terceirização, mantendo-se intactas as bases da superexploração do trabalho.

O governo deu continuidade às privatizações e às concessões ao capital privado, ao mesmo tempo em que avançam medidas de ataque ao funcionalismo público, com a proposta de contrarreforma administrativa, voltada principalmente à destruição da estabilidade no emprego. O salário mínimo segue muito abaixo das reais necessidades das massas trabalhadoras, contrastando com o cálculo do DIEESE sobre o salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas de uma família trabalhadora. A aprovação do Marco Temporal, que representou um duro golpe sobre os povos indígenas, e a preservação da violência dos jagunços no campo completam esse quadro tétrico.

O tarifaço imposto por Trump e os abalos provocados pela guerra comercial ampliam as pressões sobre a economia brasileira, impondo limites à política do governo e intensificando os ataques às massas. A tentativa de se socorrer do BRICS, bem como do acordo comercial com a União Europeia, tem esbarrado na enorme pressão que vem dos EUA, país que historicamente subjuga o continente latino-americano, seja pela via diplomática, seja pela força, como o testemunham os inúmeros golpes e ditaduras patrocinados pela potência imperialista.

Acirram-se as tensões no interior do regime, manifestadas nas fraturas entre Executivo, Legislativo e Judiciário, nos conflitos interburgueses e nos escândalos que envolvem frações do grande capital e setores do Parlamento. Episódios como o do Banco Master, as disputas em torno ao chamado orçamento secreto e a CPI do INSS — inclusive com denúncias envolvendo igrejas evangélicas — revelam a decomposição da democracia oligárquica e a disputa voraz por recursos públicos entre diferentes frações da burguesia. Mesmo após a condenação e prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, persiste o choque político com a direita e a ultradireita, que mantém sua base social organizada e buscam capitalizar o descontentamento popular, enquanto o chamado “centrão” mantém intacto o seu fisiologismo, mantendo o governo petista refém.

Já estão em curso as disputas eleitorais, centradas na candidatura de Lula à reeleição e na projeção de Flávio Bolsonaro como principal nome do bolsonarismo, subordinando o debate político às manobras interburguesas e deslocando as reivindicações imediatas dos trabalhadores. As candidaturas ainda não estão plenamente consolidadas, o que tem levado a uma série de negociatas, envolvendo principalmente o “centrão”, que tende a ser o fiel da balança, dado seu enorme peso nos estados e municípios.

A política das direções sindicais majoritárias, ao invés de dar vazão à enorme insatisfação das massas diante da evidente podri-

ção da política burguesa e diante de suas prementes necessidades, adapta-se ao governo e ao calendário eleitoral, contribuindo para a contenção das lutas e para o rebaixamento das reivindicações. Desse modo, suas bandeiras acabam desviadas para o campo de seu inimigo de classe, para o campo da institucionalidade burguesa. O resultado tem sido desastroso, acumulando uma série de derrotas históricas, com destaque para a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, além da Lei da Terceirização.


O VI Congresso da CSP-Conlutas aprova:

- Constituir uma poderosa oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, afirmando a independência política dos explorados, sob a direção do proletariado;
- Defender a revogação imediata das contrarreformas trabalhista e previdenciária e da Lei da Terceirização, bem como de todas as medidas antinacionais e antipopulares;
- Rechaçar a contrarreforma administrativa e defender a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores;
- Realizar, junto às demais centrais, aos sindicatos e movimentos sociais, um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa dos empregos, salários e direitos sociais;
- Erguer uma mobilização nacional unificada no campo da independência de classe, baseada no método da ação direta e na organização pela base, erguendo os comitês de luta nos bairros e locais de estudo e trabalho;
- Não subordinar o movimento dos explorados às disputas eleitorais da burguesia, combatendo a política de conciliação de classes e o desvio das lutas para o campo da institucionalidade burguesa.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as trações às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO 2023

NOSSA CLASSE
Por salários, condições de trabalho e programa de manutenção

POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Resoluções ao VI Congresso da CSP-Conlutas

Corrente Proletária / Partido Operário Revolucionário
BALANÇO POLÍTICO / POLÍTICA SINDICAL

Considerando que

- a CSP-Conlutas completa 20 anos de fundação em 2026, tendo surgido com o objetivo de aglutinar sindicatos com liberdade de ação para enfrentar as reformas estruturais e defender os direitos trabalhistas, sem atrelamento ao Estado;

- ao longo dessas duas décadas, a CSP-Conlutas não conseguiu se constituir como instrumento de mobilização massiva da classe operária e dos demais explorados, nem se consolidou como canal de expressão consequente da independência de classe diante das centrais burocratizadas;

- a ruptura ocorrida no Congresso de Santos aprofundou a divisão do movimento sindical, sem resultar no fortalecimento da independência de classe;

- no V Congresso (7 a 10 de setembro de 2023), foi aprovada a orientação de construção de uma “oposição de esquerda” ao governo Lula/Alckmin, consigna que adaptou a intervenção sindical à dinâmica institucional e eleitoral;

- essa política não resultou na organização de uma frente de combate capaz de exigir a revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, nem impediu a continuidade de medidas que penalizam a maioria explorada;

- o ano de 2026 marca o encerramento do terceiro mandato de Lula/Alckmin e que as principais centrais sindicais já se movimentam no terreno eleitoral, paralisando as lutas e aceitando acordos rebaixados;

- essa política de conciliação de classes também se manifesta em entidades dirigidas pela própria CSP-Conlutas, expressando contradições entre seus objetivos fundacionais e sua prática concreta;

- a luta pelo fim da jornada 6x1, sem redução salarial, encontra-se paralisada no Congresso Nacional, transformada em negociação parlamentar;

- o avanço da terceirização, da informalidade e da chamada “uberização”, bem como a implementação da reforma administrativa no serviço público, têm ocorrido sem a organização de um movimento nacional unificado à altura desses ataques;

O VI Congresso da CSP-Conlutas aprova:

- Realizar um balanço crítico dos 20 anos de atuação da CSP-Conlutas, com o objetivo de fortalecer sua intervenção classista;

- Reafirmar a democracia operária como princípio organizativo fundamental. Lutar pela superação do burocratismo e estatismo sindicais;

- Contra a fragmentação e o divisionismo, defender a constituição de uma única central, baseada na democracia operária e na independência de classe;

- Reafirmar a independência política diante do Estado, dos partidos burgueses e dos governos, rompendo com qualquer adaptação ao calendário eleitoral e às disputas interburguesas;

- Defender a constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, com base na mobilização direta das massas;

- Impulsionar, desde as bases, assembleias, paralisações e mobilizações unificadas, especialmente em torno da luta pelo fim da jornada 6x1 sem redução salarial;

- Organizar a resistência à reforma administrativa e às demais medidas de precarização do trabalho, articulando setores públicos e privados sob o método da ação direta;

- Combater no interior do movimento sindical a política de conciliação de classes, vinculando as reivindicações imediatas à estratégia histórica de superação do capitalismo.

Resoluções ao VI Congresso da CSP-Conlutas

Corrente Proletária / Partido Operário Revolucionário
PLANO DE AÇÃO

Considerando que

- a situação mundial está marcada pelo avanço da guerra comercial dos Estados Unidos com a China;

- prolonga-se a guerra na Ucrânia;

- impõe-se a paz dos cemitérios de Trump/Netanyahu na Faixa de Gaza;

- os Estados Unidos recrudescem as ameaças de invasão militar ao Irã;

- os Estados Unidos invadiram a Venezuela e têm imposto seus ditames ao novo governo de Delcy Rodríguez;

- Trump realiza uma ofensiva de esmagamento econômico e político à Cuba;

- não cessam as ameaças de anexação da Groelândia;

- os tarifas de Trump seguem sendo impostos ao Brasil e a outros países;



O VI Congresso aprova:

- Que as centrais, sindicatos e movimentos trabalhem por erigir a mobilização das massas exploradas, constituindo a frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação das nações oprimidas e da soberania nacional - frente única anti-imperialista que somente pode ser conduzida pela classe operária organizada e em luta, sob seu programa próprio;

- Uma campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações, pelo desmantelamento da OTAN, pela revogação de todas as sanções à Rússia, pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia;

- A defesa da constituição de uma República Socialista da Palestina, que será alcançada pela revolução social, pela unidade dos povos árabes, persas e judeus em torno à bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio;

- O combate à invasão dos Estados Unidos à Venezuela, a devolução de Maduro ao seu posto de presidente, o fim das medidas imperialistas de estrangulamento do regime chavista, em particular a defesa da estatização dos ramos chave da economia, e da soberania do país latino-americano;

- A luta contra o sistema de exploração do trabalho e a defesa do socialismo; objetivo esse que se inicia desde já combinando as reivindicações transitórias da maioria explorada com a estratégia da revolução social.

Considerando que

- a guerra comercial dos Estados Unidos com a China atinge a América Latina e, em particular, o Brasil;

- a crise econômica mundial se reflete no Brasil por meio do processo de desindustrialização e do avanço das contrarreformas;

- a gigantesca dívida pública restringe enormemente o orçamento do Estado;

- o governo de frente ampla de Lula se tornou ainda mais refém do Congresso Nacional oligárquico;

- a crise política ganhou grandes proporções com a corrupção do INSS e as falcatruas do Banco Master, envolvendo os poderes do Estado;

- a ultradireita e direita se preparam para a retomada do governo nas próximas eleições;

- a classe operária e demais trabalhadores estão submetidos à política da conciliação de classes das direções sindicais;

O VI Congresso aprova:

- A preparação de uma campanha nacional em torno a um programa de reivindicações e métodos próprios de luta dos trabalhadores, pela derrubada das contrarreformas - trabalhista, previdenciária, terceirização - e do plano de privatização, em defesa dos empregos, do salário mínimo vital e dos direitos trabalhistas;

- A organização da mobilização pela bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula. Combater a conduta da maioria das direções das centrais de perfilar os sindicatos por detrás da reeleição de Lula, anulando a luta pelas reivindicações dos oprimidos. Nada de submeter os sindicatos e movimentos às disputas interburguesas pelo poder do Estado;

- O posicionamento e uma campanha pelo não pagamento da gigantesca dívida pública, para que não haja cortes na saúde, moradia e outros serviços essenciais;

- A defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, a ser feita no interior do movimento sindical e junto às demais centrais.

Considerando que

- o movimento sindical está sob profunda paralisia em função da política de conciliação de classes;

- os acordos entre o patronato e as direções sindicais resultaram em demissões e perdas de direitos;

- grande parte da força de trabalho se encontra submetida à terceirização, à escala 6X1 e à informalidade;

- os princípios fundamentais do sindicalismo classista vêm sendo negados pelas direções;

- as contrarreformas impuseram a divisão entre os trabalhadores da mesma fábrica;

- o direito de greve há muito deixou de existir;

O Congresso da CSP-Conlutas aprova:

- Uma campanha nacional pela derrubada da Reforma Trabalhista, da Lei da Terceirização, da Reforma da Previdência; e pela rejeição à Reforma Administrativa assumida pelos governos federal e estaduais. Pelo fim da escala 6X1. E em defesa: a) da redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho); b) fim da terceirização e efetivação dos terceirizados; c) que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo, que nos cálculos do Dieese deve ser R\$ 7.177,57 (escala móvel de reajuste salarial); d) a abolição de todas as formas de contratos temporários;

- Combate aos acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que resultam em demissões, PDVs, banco de horas e layoff;

- Fim das privatizações e reestatização sem indenização, sob o controle operário;

- Pelo direito irrestrito de greve. Fim da arbitragem da Justiça do Trabalho sobre as greves e fim das punições aos sindicatos. Abolição de todas as leis que impedem o direito de manifestação e expressão;

- Total independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos diante dos governos. Reconstituição da democracia operária em todas as instâncias das centrais e sindicatos;

- Combate à política de conciliação de classes das direções sindicais, que tem servido para a manutenção da exploração capitalista;

- Defesa do programa de reivindicação dos trabalhadores vinculado ao programa estratégico de fim da propriedade privada dos meios de produção e defesa da propriedade social, resultantes da revolução social.

Considerando que

- há um aumento exponencial do número de feminicídios no Brasil;

- a discriminação racial continua vitimando a juventude preta, principalmente;

- o governo nacional-reformista de Lula se mostrou incapaz de combater essa chaga do capitalismo;

- a luta pela erradicação da discriminação e violência sobre as mulheres, negros, homossexuais e indígenas depende da unidade da maioria explorada e de seus métodos próprios de combate;

O Congresso aprova:

- Campanha nacional contra a opressão de classe, que resulta em pobreza e miséria da maioria trabalhadora, bem como em múltiplas formas de discriminação social, por meio das bandeiras de trabalho igual, salário igual, proteção à maternidade, constituição de creches, lavanderias e restaurantes coletivos, direito ao aborto gratuito garantido pelo Estado e autodeterminação dos povos indígenas;

- Punição aos crimes da polícia aos jovens negros e pobres, organizando a luta da maioria oprimida para pôr em pé o Tribunal Popular, capaz de julgar e punir os crimes da burguesia e de seu Estado.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Fevereiro/2026

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Boletim Nossa Classe – Política Operária

Novo salário mínimo de R\$ 1.621,00 é uma miséria

Lutemos por um salário mínimo vital

O novo salário mínimo para 2026 decretado pelo governo Lula, com apoio de todos os partidos de oposição burguesa no Congresso, entrou em vigor no dia 1º de janeiro. Foi de R\$ 1518,00 para R\$ 1.621,00. Um reajuste de apenas 6,79%. Segundo o IBGE, cerca de 35% dos trabalhadores assalariados recebem até 1 salário mínimo por uma jornada de trabalho. E cerca de 60 milhões de brasileiros têm sua renda referenciada no salário mínimo (trabalhadores formais, domésticas, autônomos, aposentados e beneficiários do INSS).

O novo salário mínimo condena os trabalhadores à miséria. Passa longe de atender as necessidades básicas das famílias como: alimentação, vestuário, aluguel, água, luz, internet, lazer etc. Segundo o DIEESE, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.177,57.

As centrais sindicais, como a CUT, não organizam qualquer luta pelo aumento do salário mínimo, porque apoiam o governo. O governo Lula e a oposição burguesa liderada pelo PL de Bolsonaro aprovam e estão de acordo que o salário mínimo continue uma miséria, porque representam os interesses dos patrões, dos empresários que financiam suas campanhas eleitorais. Por isso, entra governo e sai governo e o salário mínimo continua uma miséria.

Está aí por que a classe operária e demais trabalhadores não devem ter nenhuma ilusão nas eleições, nem nos partidos da burguesia, sejam de direita, ultradireita, ou os ditos de esquerda. Devemos acreditar apenas em nosso método próprio de luta que são a greve, a ação direta e coletiva, para impor ao governo e aos patrões nossas reivindicações.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, chama os operários e operárias a exigir que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e convoquem assembleias gerais em todos os setores, para aprovar um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, para colocar fim ao salário mínimo de fome e defender: um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora; emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salários; colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a Lei da Terceirização.

Eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC

Reconstituir as eleições diretas para a direção do sindicato

Construir uma direção de luta, classista e revolucionária, independente dos patrões e dos governos burgueses, uma direção que defenda a soberania das assembleias

e lute pelas reivindicações por meio da ação direta, das greves, ocupações e manifestações de rua

Em assembleia realizada no dia 29 de janeiro, foi aprovado o calendário da eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, que acontecerá em 46 empresas da base. Até 1999 a forma de organização dos trabalhadores no chão de fábrica se dava através da Comissão de Fábrica e da CIPA. A eleição para a direção do sindicato era realizada de forma direta, em apenas um turno de votação, ou seja, os operários em todas as fábricas podiam conformar chapas para participar da eleição para a direção do sindicato. A partir de 1999, a burocracia sindical criou, em acordo com a patronal, o CSE (Comitê Sindical de Empresa), anulando a função da Comissão de Fábrica e da CIPA. Com a criação do CSE, a eleição para a direção do sindicato passou a ser indireta.

A realização da eleição dos CSEs está prevista para 3 e 4 de março. E nos dias 14 e 15 de abril se fará um referendo da chapa única. Essa forma indireta foi montada para impedir que uma oposição venha a lutar contra a burocracia e arrancá-la da direção do sindicato. A eleição indireta é a forma de perpetuar a camarilha que tomou conta do sindicato, eliminou a assembleia como órgão soberano de decisão coletiva, acabou com a campanha salarial, negociou acordos de demissão, de redução salarial e de eliminação de direitos trabalhistas.

O Sindicato Metalúrgico do ABC, que no passado serviu de canal de mobilização em defesa das reivindicações operárias, se tornou um pilar do sindicalismo de colaboração de classes e de subordinação dos sindicatos à política burguesa montada pelo governo Lula, PT e aliados.

O Boletim Nossa Classe há muito vem combatendo a política de conciliação e os acordos antioperários da burocracia sindical, lutando pela restituição das eleições diretas e pela soberania da assembleia geral. Mais uma vez, está posta a rejeição à fraude eleitoral. Existe o descontentamento dos metalúrgicos na base, mas é necessário transformar o descontentamento e revolta dos operários em organização, construindo as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias.

A partir da década de 1990, com a política de colaboração e acordos sem luta, a patronal - com o apoio da burocracia sindical - tem conseguido demitir e retirar direitos conquistados com muita luta pelos metalúrgicos. A burocracia sindical passou a dizer que não é mais necessário fazer greves, que tudo pode ser resolvido através das negociações entre quatro paredes e do “diálogo”.

O resultado dessa política de conciliação tem sido nefasto para os metalúrgicos do ABC. A cada novo acordo feito pela direção pelega do sindicato com a patronal são destruídos postos de trabalho e retirados direitos. A famigerada terceirização passou a ser defendida pela direção do sindicato e, com isso, a patronal demite

os operários efetivos e contratam empresas terceirizadas que pagam salários de miséria e nenhum direito. Na Volks, por exemplo, em 2.000 havia mais de 24 mil trabalhadores efetivos. Atualmente, existem apenas 6 mil operários efetivos.

O Boletim Nossa Classe chama as operárias e operários a votar NULO como forma de rejeitar a fraude da eleição indireta, a política de conciliação e traição da direção pelega. Chamamos os metalúrgicos do ABC a votar NULO e levantar a bandeira de eleições diretas, tendo por base o programa próprio de reivindicações, o método da ação direta e a organização independente em relação aos patrões e governos burgueses. Porém, não basta votar NULO. Chamamos a votar NULO e trabalhar para construir as comissões de fábricas de luta, classistas e revolucionárias em to-

das as fábricas, para defender: 1. Fim da escala 6x1; 2. Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização; 3. Um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora (segundo o DIEESE, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.177,57); 4. Defender emprego a todos, lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho); 5. Contra o fechamento de fábricas, aprovar a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção. Defender a estatização, sem indenização e sob o controle operário das fábricas que ameacem fechar ou demitir; 6. Defender um sindicato que se coloque a serviço da luta pelo fim da exploração da força de trabalho, pela destruição do capitalismo por meio da revolução social e a construção do socialismo.

Suspensão do dissídio nos Correios, por liminar do STF, expressa a brutalidade do desmonte das estatais no país pelo governo burguês de Lula

Diante de mais esse ataque, reerguer o movimento grevista com independência política!

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu decisão liminar no dia 26 de janeiro de 2026 suspendendo parte do dissídio coletivo de greve dos trabalhadores dos Correios, julgada pelo TST, em dezembro de 2025. A medida se deu após o recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A medida suspende temporariamente o ticket-extra (vale-peru), dispositivos ligados ao plano de saúde, do pagamento de 200% para o trabalho em dias de repouso e feriados, e da gratificação de férias de 70%. Essas cláusulas permanecem suspensas até o julgamento definitivo do processo pelo STF.

O STF justifica a decisão alegando que o Tribunal Superior do Trabalho teria, por um lado, extrapolado os limites de sua atuação e, por outro, aponta para o impacto financeiro da decisão do TST sobre os cofres da estatal. A decisão é mais um ataque da direção dos Correios nomeada pelo governo Lula, de levar ao âmbito judicial a mobilização dos trabalhadores da estatal em defesa de suas reivindicações.

A suspensão do acordo rebaixado e limitado - negociado pelas burocracias sindicais no âmbito da justiça burguesa em dezembro de 2025, com o objetivo de pôr fim à greve dos trabalhadores dos Correios - se dá em um momento em que a estatal se encontra em vias de degradação e desmonte, e apresenta um plano chamado de "reestruturação", que prevê demissão massiva de 15 mil trabalhadores e o fechamento de mil unidades dos Correios, a venda de imóveis e corte de R\$ 700 milhões do plano de saúde, num desca-

rado ataque ao emprego e às condições de vida dos trabalhadores.

A direção do SINTECT - SP, vinculada à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em resposta à medida do STF, limitou-se a debater a questão com deputados do PT e a acompanhar a trama judicial. Tem já em vista a campanha eleitoral à reeleição do governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin e por isso age pacificamente, freando a luta dos trabalhadores.

É preciso retomar a greve por tempo indeterminado, iniciada em dezembro de 2025, para barrar a destruição dos Correios e, consequentemente, do emprego e das condições de trabalho. O Boletim Nossa Classe convoca os operários e operárias dos correios a fortalecer e organizar a luta com a defesa de um salário mínimo vital (segundo o DIEESE é de R\$ 7.177,57), fim da escala 6x1, defesa da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada, sem redução salarial) e a estabilidade no emprego. Defende ainda a unificação da luta dos trabalhadores dos Correios com os demais explorados, aplicando os métodos próprios da classe operária, que são a greve, fechamento de ruas e avenidas, piquetes e ocupação dos locais de trabalho.

Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para impor as reivindicações ao governo burguês de Lula. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Pela reestatização das estatais privatizadas, sem indenização e sob o controle operário.

Formação Política do Nossa Classe

A democracia burguesa é a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada

Para Karl Marx, sob o capitalismo, a democracia funciona como uma "máscara", que disfarça o fato de que a burguesia (patrões) tem o controle total e violento sobre a sociedade. O Estado não é um árbitro neutro que media conflitos entre cidadãos. Na sociedade capitalista, que está dividida em classes, o Estado serve aos interesses da classe dominante que é a burguesia. Como a burguesia é dona dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras...) o Estado capitalista existe para proteger a propriedade privada e manter a exploração dos trabalhadores.

Todo governo burguês expressa a ditadura de classe da burguesia. Isso porque, independentemente das eleições e liberdades civis, a burguesia dita as regras do jogo econômico, molda a legislação a seu favor e usa o aparato repressivo (polícia, justiça) para reprimir e conter a luta dos explorados. Basta ver a repressão e prisões que fez o Estado diante da recente greve dos petroleiros, trabalhadores dos correios e outras categorias.

Para Marx, a democracia burguesa é limitada e formal. Ela dá direitos formais (como votar), mas nega as condições materiais

para que a maioria explorada (o proletariado) viva com dignidade. Por isso, não se coloca fim ao Estado burguês e à ditadura de classe da burguesia por meio das eleições, votando nesse ou naquele candidato.

Somente construindo seu próprio partido, operário e revolucionário, o proletariado e demais explorados poderão, por meio

da revolução social, colocar fim ao Estado burguês e suas instituições, e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado - instrumento para a maioria explorada exercer o poder político, reprimir a minoria exploradora (a burguesia) e avançar para uma sociedade sem classes (o comunismo), quando o Estado perderá sua função de repressão e, conseqüentemente, definhará até desaparecer.

Boletim Nossa Classe - Pernambuco - Política Operária

Fora Estados Unidos da América Latina!

O Boletim Nossa Classe de fevereiro teve como destaque a campanha contra a ofensiva estadunidense na Venezuela, Cuba e o restante da América Latina. Diante do sequestro de Maduro e imposição de maior bloqueio à Cuba, defendemos a organização da frente única anti-imperialista e chamamos os operários a exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender o programa próprio de reivindicações e expulsar o imperialismo da América Latina.

Liberdade para o estudante Mateus Galdino!

Denunciamos também a prisão do estudante de Engenharia da Computação da UFPE, Mateus Galdino, que está preso desde 28 de janeiro, acusado de tentativa de homicídio, após participar de um ato em solidariedade à Venezuela, no Recife. Ele está no Cotel de Abreu e Lima, uma das prisões mais superlotadas do Brasil, com 680% da ocupação. Os pedidos de soltura estão sendo negados e a ultradireita faz campanha defendendo a morte de manifestantes. Exigimos a libertação do jovem. Na assembleia dos metroviários, pedimos uma moção pela libertação do jovem, aprovada por unanimidade.

Levante indígena contra a privatização do Rio Tapajós

Desde 22 de janeiro, indígenas ocupam o terminal da Cargil em Santarém (Pará) e realizam bloqueios de rodovias e aeroporto, barqueatas e outras ações diretas pela revogação do decreto 12.600 que privatiza os rios Tapajós, Madeira e Tocantins-Araguaia!

Durante a COP-30, o Ministro Boulos (PSOL) prometeu que nenhuma obra seria feita nos rios sem a consulta prévia aos povos afetados. Com isso, queria desmobilizar os protestos indígenas na farsa da COP. Traíndo a promessa feita, o governo Lula lançou um edital para realizar as dragagens e usar os rios para escoar a soja do agronegócio, sem nenhuma consulta aos povos afetados. Diante dos protestos, o governo interrompeu a dragagem, mas segue com o plano privatista.

É dever das centrais sindicais romperem com o governismo, apoiarem a reivindicação indígena e unificar todas as lutas contra as privatizações. Por um dia nacional de lutas com bloqueios e ocupações por empregos, salários, direitos e contra as privatizações!

Colocar a luta contra a privatização no rumo da independência de classe!

Distribuímos o Boletim Nossa Classe no Centro de Manutenção de Cavaleiro, reforçando o chamado para a assembleia de 11 de fevereiro. O Boletim construído com metroviários denunciou que o governo Lula tem avançado no seu plano de privatizar o metrô e

demitir os metroviários. A política privatista e de desmonte das estatais se repete no leilão para privatização da Hidrovia do Tapajós, no Pará, e na decisão do STF, a pedido da direção dos Correios, de suspender parte do dissídio coletivo de greve dos trabalhadores ecetistas, de dezembro de 2025. Em um ataque aos trabalhadores das estatais, o presidente Lula ainda vetou o PL nº 1.791/2019, que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional no início de dezembro e garantia o aproveitamento dos eletricitários em outros cargos públicos. Ou seja, Lula mantém as privatizações feitas por Temer e Bolsonaro e dá continuidade à política privatista.

Dias antes do Natal, foi armado um palanque com Lula e Raquel Lyra e mais politiquês, para anunciar o acordo de estadualização, passo necessário para a privatização. No Acordo de Cooperação Técnica (ACT) estão os termos e prazos para o golpe final da desestatização da CBTU. É vergonhoso que o governo Lula se comprometa a liberar R\$ 4 bilhões após a concessão, confirmando que não faltam recursos, porém eles estão reservados para alguma empresa, provavelmente estrangeira, lucrar às custas da desgraça dos metroviários e usuários.

Chama a atenção, porém, que o próprio ACT prevê na cláusula 15º, inciso V, que o ACT pode ser extinto "em caso de retirada das ações da CBTU ou dos ativos da STU/REC do PND". Essa via, porém, depende de uma luta firme dos metroviários, com apoio das centrais sindicais e movimentos populares e estudantis.

Diante disso, a categoria precisa estar em peso na assembleia para debater e aprovar ações que coloquem a luta no trilho da independência de classe.

Greve no Carnaval?

A greve da categoria foi "suspensa" em 5 de novembro. Na sequência, a diretoria do sindicato não promoveu o balanço do movimento e nem ações de mobilização para a retomada. Os chineses circularam livremente pela empresa, foi criado uma sala de transição na sede e Lula visitou Pernambuco sem enfrentar nenhum protesto dos metroviários.

A ameaça de greve no Carnaval não passou de um blefe, não foi nem votada na assembleia, onde o "plano de segurança" da empresa foi aprovado. As medidas voltadas a evitar assaltos e tumultos são incapazes de enfrentar o principal motivo de insegurança: a falta de financiamento proposital, voltada a empurrar para a privatização, o que leva a acidentes frequentes. Defendemos que a greve deve ser construída a partir da assembleia da categoria. É preciso aprovar o comando de greve a partir das bases e os métodos de luta capazes de quebrar a inflexibilidade do governo Lula em privatizar o metrô.

Acordo coletivo 2026/2027

A vida de 1.600 metroviários e suas famílias está sob ameaça. A prioridade é a luta em defesa dos empregos, salários e direitos,

intimamente ligada à manutenção da empresa pública. A diretoria do Sindmetro, na prática, abandonou a luta contra a privatização e promete defender os empregos após a concessão. Denunciamos no Boletim que isso é uma enganação e, na assembleia, chamamos à continuidade da luta contra a privatização, caminho também para defender os empregos.

Reproduzimos parte do boletim:

Não há garantia de proteção de empregos sem impedir a privatização

A verdade é dura, mas deve ser dita. A promessa de barrar a privatização da CBTU por meio de audiências com politiquieiros em Brasília não levou a nenhum avanço e nem tem como levar. Serve apenas de palanque para politicagem, sobretudo dos correligionários do presidente do sindicato.

A promessa de conseguir um decreto ou projeto de lei que mantenha a privatização e preserve os empregos servirá para dois propósitos: 1) tratar a privatização em curso como caso consumado e eliminar a resistência que ainda pode ser colocada em ação; 2) usar o sindicato como trampolim para politiquieiros que depois de iludirem os trabalhadores ainda vão querer ser recompensados com votos.

Por trás da demagogia, mal se esconde o baixo empenho do mesmo partido em mobilizar as entidades sindicais e estudantis que dirige na luta contra a privatização. Se o PCdoB de fato quer defender os empregos, que rompa com o governismo e erga uma real mobilização por meio da CTB, UNE e outras organizações sindicais, populares e estudantis. Esta mobilização, porém, levaria a desmascarar o governo Lula. Entre a blindagem do governo do qual faz parte, junto com vários partidos de direita, como os golpistas MDB e UB, e a defesa dos trabalhadores, o PCdoB já fez sua escolha. Por isso, a categoria precisa confiar em sua força coletiva e não em promessas vazias.

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Sul

Gerdau: mediante o PLR irrisório, lutar pelo salário mínimo vital

A empresa Gerdau, em Sapucaia do Sul, apresentou no último mês um valor irrisório de PLR, não condizente com as altas taxas de lucros. A argumentação da patronal é que tais medidas são devido ao tarifaço de Donald Trump, com ele “estaria desleal a concorrência” para o comércio do aço e âmbito internacional. Deixando claro a intenção de colocar sobre as costas da classe operária o custo da crise capitalista.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo e região, que representa os trabalhadores da Gerdau em Sapucaia do Sul, esteve na frente da empresa defendendo a criação de uma mesa de negociação entre o sindicato e a patronal, para chegar num valor de PLR “mais justo”.

O POR esteve na porta da fábrica com o Boletim Nossa Classe chamando os operários a rechaçarem as mesas de negociação e confiarem somente nos seus métodos próprios de luta. O Boletim desse mês defende também que os operários devem exigir que o sindicato convoque assembleias gerais, de todos os setores, e mobilizem para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e blo-

queios, em defesa do programa próprio de reivindicações.

Além disso, nesse número do Nossa Classe, foi alertado que o PLR é um mecanismo de rebaixamento salarial, que devemos lutar pelas escalas móveis de salário e de horas de trabalho, que o PLR cumpre a função de substituir os aumentos reais do salário por uma remuneração incerta condicionada aos critérios impostos pela empresa, não se transformando, portanto, em um ganho real, podendo ser retirado em momentos de supostos “prejuízos” da empresa. Denunciamos que ao negociar o PLR com a patronal, ao invés de lutar pelas reivindicações próprias da classe operária, como salário mínimo vital, o sindicato presta um serviço a patronal e não cumpre sua função de instrumento de luta da classe operária.

No mesmo Boletim, fizemos a denúncia da invasão estadunidense na Venezuela e do sequestro do presidente Nicolás Maduro, e da importância de se levantar uma frente única anti-imperialista dirigida pela classe operária, conjugando a luta anti-imperialista com o programa de reivindicações próprios, em defesa dos salários, empregos, direitos e pelo fim das contrarreformas.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE



São Paulo

Governo Tarcísio impõe divisão dos estudantes por níveis de aprendizagem

O mais novo ataque à educação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e seu secretário, Renato Feder não está diretamente dirigido aos professores. Publicou em 4 de fevereiro o projeto Voar. Pretende implementar, de forma autoritária, um projeto piloto em 147 escolas de 14 unidades de regionais de ensino (URE) de todo o estado. Trata-se da separação dos estudantes do 6º ao 9º ano de Ensino Fundamental por níveis de aprendizagem, segundo as notas do Saresp de 2025. Tarcísio e Feder justificam o projeto

dizendo que “o objetivo é promover a redução das desigualdades educacionais através da recomposição e aceleração das aprendizagens de alunos que apresentam altas e médias defasagens em Língua Portuguesa e Matemática”. Pura mentira desse governo direitista e autoritário.

Na realidade, quem acaba sofrendo o impacto da seleção pelo conhecimento são os estudantes que moram nas periferias, em sua

maioria negros e pobres, que vivem em condições precárias de moradia, alimentação e saúde. Que são perseguidos cotidianamente pela polícia violenta e assassina do governo. Que não veem na escola uma forma de melhoria dessas condições precárias de vida. São os que colocam os índices exigidos nas avaliações externas para baixo, segundo o governo. Além disso, para os professores passam a ter uma dificuldade a mais e mais exigências em relação às metas da escola. Logo, penaliza os estudantes, que serão estigmatizados pelos próprios colegas e os professores que serão muito mais exigidos nas metas estipuladas pela secretaria de educação.

Para piorar a situação, a SEDUC separou 95 escolas que serão alvo da avaliação do modelo de segregação. Para completar, coloca em poder da Parceiros da Educação, que reúne os capitalistas da educação e membros de Universidade de Harvard para monitorar os índices de desenvolvimento das aprendizagens do projeto. Demonstra, ainda, que as escolas perderam completamente sua autonomia para definirem a melhor forma de organizar as

escolas e seus estudantes. Há um nítido retrocesso nas medidas impostas pelo governo Tarcísio de Freitas e de outros governos do país.

Na realidade, o que explica o baixo desempenho de aprendizagem dos estudantes é a condição miserável da maioria de suas famílias – desemprego, salário mínimo de fome, informalidade, falta de moradia e precária situação da saúde pública. Separar os estudantes considerados “bons” dos “ruins” faz parte da política discriminatória do governo bolsonarista. Lamentavelmente, essa separação pode ganhar apoio de uma parcela dos pais, porque não conta com direções sindicais e populares classistas capazes de organizar a luta unitária de estudantes, pais e professores.

A Corrente Proletária vem denunciando as medidas autoritárias e discriminatórias do governador e exigindo que a direção da Apeoesp rompa com a política das negociações sem luta, dos atos e trabalhe para que a assembleia do dia 6 de março seja o ponto de partida da greve unificada.

São Paulo

Os estudantes reclamam do fechamento do período noturno

Nossa tarefa: organizar para a luta

A juventude, filhos dos assalariados, sente as consequências da reorganização da escola pública no estado de São Paulo. O governador, Tarcísio de Freitas, e o secretário da educação determinaram que até 2027 acabara com o período noturno. Alguns estudantes, que já trabalham, reclamam do fechamento do período noturno de algumas escolas, que já vem ocorrendo de forma gradativa: o governo elimina o primeiro ano, depois o segundo e, por fim, o terceiro do ensino médio.

No entanto, essas reclamações não têm sido transformadas em luta contra o fim do período noturno. Isso porque os grêmios estudantis não têm vida própria. São controlados ideologicamente e politicamente pelo estado e sua secretaria da educação. Ao contrário, a Corrente Proletária estudantil trabalha para que os grêmios tenham independência diante dos governos e das direções de escolas. Tenham autonomia para convocar as assembleias no interior das escolas, elejam direções combativas e passem a organizar

os estudantes secundaristas para enfrentar a política destruidora da educação pública de Tarcísio. Os estudantes isoladamente não conseguirão derrotar essa ofensiva de Tarcísio. Por outro lado, as direções da Afuse e a Apeoesp se mostram incapazes de organizar a luta unitária. Na realidade, as direções sindicais estão empenhadas em utilizar os sindicatos para as eleições de outubro.

Está aí por que a Corrente Proletária vem insistindo no fortalecimento de uma oposição sindical e estudantil classista e de luta. Divulga o Boletim Juventude em Luta e os Boletins da Corrente Proletária, de funcionários e professores, visando reunir a vanguarda de estudantes (esse que reclamam da política educacional de Tarcísio), dos funcionários de escolas (efetivos, contratados e terceirizados) e dos professores no sentido de consolidar esse agrupamento de combate. Será por meio da greve unitária que poderemos derrubar a ofensiva do governador de extinção do curso noturno.

São Paulo - ABC

Retomada da banca nos campi da UFABC

Na segunda semana do primeiro período letivo de 2026, a Corrente Proletária/POR retomou a distribuição do Boletim Estudantil na UFABC, junto com a montagem da nossa banca de materiais. O Boletim continha notas sobre o retorno das aulas, explicando as atuais condições da universidade pública; sobre a eleição para a Reitoria, esclarecendo seu caráter antidemocrático e defendendo a assembleia geral universitária; chamando os estudantes a apoiar a luta pelo cumprimento do acordo de greve; um resumo da nossa política para a situação na Venezuela; e uma primeira matéria sobre o caráter burguês das eleições gerais.

A distribuição correu bem, com uma estudante dizendo que leu e gostou muito, mas ainda se nota que muitos não leem por completo o Boletim, mesmo sendo uma juventude pequeno-burguesa intelectualizada. Também foi interessante notar a movimentação das chapas candidatas à próxima gestão da Reitoria: uma

delas estava ali para distribuir um “santinho” com semente para plantar, feito de material reciclado. Surreal! Aprendem bem com a eleição burguesa as formas de sair à caça de votos!

Ainda mais importante foi que nossa militância observou na prática o aparelhismo do DCE-UFABC, já que após a assembleia de 9 de fevereiro, na qual defendemos a Assembleia Geral Universitária, a mesma direção que aprovou apoio à chapa 3 estava no campus panfletando em defesa do voto nessa chapa. Vê-se como as esquerdas por trás dessa direção conduzem o movimento estudantil, pois quase nunca panfletam pelas reivindicações estudantis, mas há disposição e recursos para conseguir votos para a chapa que tem ligação com o nacional-reformismo. É muito provável que em breve, essa mesma direção irá apoiar a reeleição de Lula, sob os argumentos de suposto combate à direita e ultradireita, para inclusive poder colocar o caixa à disposição da campanha.



Intervenção do POR no ato do dia 11 de fevereiro. Reproduzimos abaixo algumas passagens do Boletim distribuído e que serviu de base para a fala no carro de som.

Este ato do dia 11/2 tem uma grande importância, porque está de acordo com a necessidade de a categoria responder coletiva e organizadamente à forte ofensiva de Feder e Tarcísio sobre os professores e funcionários, e sobre a Educação pública. O caminho para a vitória do movimento passa, sem dúvida, pela mobilização dos trabalhadores nas ruas. O desemprego em massa, de milhares de professores, no início deste ano, com um processo de atribuição terrível, é resultado do fechamento de salas, da redução do noturno e da EJA, da expansão do PEI, do endurecimento na concessão de licenças e readaptações, e das mudanças na grade curricular impostas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio.

O governo tem usado a avaliação de desempenho como medida punitiva, visando impor a obediência diante de uma situação de retirada de direitos, aumento da precarização, avanço da privatização, crescimento do PEI e introdução do modelo cívico-militar. Feder e Tarcísio ameaçam os professores com o desemprego, no caso da Categoria O, e com o subemprego e a rotatividade para os efetivos. A dupla bolsonarista certamente espera a aprovação da contrarreforma administrativa, que tem como alvo principal a estabilidade do funcionalismo público, para avançar com a demissão dos efetivos também.

A expulsão dos contratados por 3 anos, tal como estabelecido pela Resolução No 8, comparecia nesse quadro como a expressão mais nítida do autoritarismo do governo. A Resolução No 19, no entanto, retirou esse prazo mais alongado, mas acabou submetendo o retorno desses professores à realização de um novo PSS (Processo Seletivo Simplificado). Na prática, implica a imposição de pelo menos 1 ano amar-

Boletim da Corrente Proletária – fevereiro

Tarcísio não dá trégua. As demissões e o desemprego aterrorizam o professora

É um erro esperar até 6 de março para decidir sobre o enfrentamento à política privatizante de Tarcísio

Transformar o ato em assembleia, para que os professores aprovelem a construção da greve

Somente com a força coletiva dos professores e estudantes será possível derrotar os planos de desmonte da educação pública

gando o desemprego. Como se vê, a situação é extremamente grave. Alguns meios de comunicação chegaram a falar em 40 mil desempregados – dado que, por si só, aponta para a necessidade urgente de uma resposta à altura por parte dos trabalhadores.

A tarefa de uma direção sindical classista e combativa, em um quadro sombrio como esse, deveria ser a de transformar a enorme insatisfação em ação coletiva, massiva, politizada e organizada. O correto seria convocar amplamente a assembleia com máxima urgência, aproveitando o acirramento do ânimo da categoria, com vistas na construção de uma forte greve, erguendo os comitês de luta a partir das subsedes, com um trabalho coordenado de visita às escolas chamando para a paralisação das atividades e participação no movimento centralizado.

Acontece, porém, que a direção da Apeoesp tem utilizado as manifestações, como a de hoje, como instrumento contra a convocação das assembleias, com um objetivo claro: impedir a aprovação da greve. E por que a direção do sindicato - o que inclui o PT/PCdoB e as correntes que um dia foram da oposição, a maioria do PSOL – não quer a greve?

A Corrente Proletária comparece a esta manifestação defendendo que seja transformada em assembleia. Não há o que esperar! Passadas as atribuições, a tendência é de uma acomodação da situação, da pior maneira possível. Os 40 mil professores demitidos necessitam de uma resposta urgente. Chega de enrolação! A única linguagem que esse governo intransigente e autoritário é capaz de compreender é a da greve, das ocupações, dos atos de rua, ou seja, da ação direta de massas.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

São Paulo

Justiça suspende regras das escolas cívico-militares em SP

No dia 10/2, uma juíza da 13ª Vara da Fazenda Pública suspendeu, por meio de uma liminar, as regras das escolas cívico-militares do governo Tarcísio, em SP, estabelecendo uma multa diária de R\$ 10 mil no caso de descumprimento. Trata-se de mais um episódio que demonstra o caráter reacionário desse projeto, que necessita ser derrubado pela força da mobilização conjunta de estudantes, suas famílias, professores e funcionários.

No parecer da juíza, compareceram dois argumentos principais: ataque à gestão democrática e o caráter discriminatório das regras. No primeiro caso, o problema está no fato de o Regimento não ter sido aprovado pelo Conselho de Escola, como manda a legislação, tendo sido imposto diretamente pela Seduc. De fato, a característica central do projeto é o reforço do autoritarismo.

No segundo caso, o apontamento da magistrada incidiu sobre as normas relativas à aparência dos jovens, “proibindo indiretamente expressões culturais afro-brasileiras, como penteados tradicionais, tranças específicas ou cortes característicos da cultura, podem ser indiretamente proibidos pela exigência de ‘cores naturais’ e ‘tonalidades discretas’, bem como pela vedação de “adereços do estilo terê, entre outros”. E continuou: “As normas sobre cabelos e aparência podem impactar desproporcionalmente estudantes LGBTQIAPN+, cujas expressões de identidade de gênero podem não se conformar aos padrões binários estabelecidos no regimento”.

A liminar não suspende a aplicação do Programa, que segue funcionando, apenas suspende as referidas regras. Na mesma decisão da Justiça, contudo, consta a determinação de que os monitores militares contratados ficam proibidos de dar aulas. Essa decisão certamente reflete o vexame provocado pelo caso da escola em Caçapava, onde o monitor escreveu 3 palavras no quadro, 2 delas com grafia incorreta.

No mesmo dia 10/2, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e a Defensoria Pública protocolaram ainda uma ação civil pública pedindo a suspensão de aspectos cruciais das escolas cívico-militares. O documento cita o fato de o modelo não possuir respaldo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e aponta alguns pontos problemáticos, cobrando providências, como: proibição da atuação dos monitores militares em sala de aula; vedação das exigências relacionadas à vestimenta e à aparência, bem como medidas nesse sentido de caráter discriminatório; e impedimento da nomeação de “líderes de sala”, que teriam atribuições como de gestão disciplinar e controle de frequência.

Como se vê, o projeto militarista, afeito às ideias direitistas do movimento “Escola sem Partido”, possui muitas irregularidades, o que tem dado ensejo a uma extensa batalha jurídica. O problema maior, porém, está justamente na confiança nesse órgão do Estado burguês. A Corrente Proletária na Educação, que é a corrente sindical do POR, tem insistido na necessidade de organizar uma mobilização massiva, centralizada e no campo da independência de classe, pela extinção do Programa de Escolas Cívico-Militares.

As direções do movimento estudantil e sindical, no entanto, têm depositado todas as suas fichas na batalha parlamentar e jurídica. A realidade tem se encarregado de dar razão à Corrente Proletária: apesar das liminares, que acabam derrubadas pelo governo, o projeto tem dado passos à frente, o que constitui uma vitória política de Feder e Tarcísio. É preciso assimilar essa experiência, tirando as lições necessárias do ponto de vista prático: somente com a greve, com o método da ação direta, será possível quebrar a intransigência do governo e derrotar definitivamente a militarização das escolas.

Recuperar a AFUSE como instrumento de luta coletiva

Os Agentes de Organização Escolar, no início de 2026, tiveram a notícia de colegas de trabalho contratados pelo “Banco de Talentos”, ou seja, contratação temporária. Sua entrevista é feita pela direção da unidade escolar, com critério de trabalhar apenas um ano na escola. Depois que termina seu contrato só pode concorrer a uma vaga depois de um ano. Isso ocorre agora com os professores que trabalharam com contrato temporário (categoria O), que só pode concorrer a uma vaga depois de 1 ano. A direção da Apeoesp cantou vitória com a troca de três anos para um ano. Como fosse possível um professor ficar desempregado por um ano. A terceirização, contratações temporárias, escolas cívico-militar, escola integral, fechamentos de salas de aulas e do período noturno são situações terríveis para os trabalhadores da educação e estudantes.

Os Agentes de Organização Escolar estão à mercê da propagação do governo de um “Plano de Carreira”, que na verdade levará a extinção desse cargo. O secretário da educação impõe cursos para os Agentes de Organização, objetivando criar mais divisões, entre os que fazem os tais cursos e os que rejeitam a farsa. Não têm nada de aperfeiçoamento profissional. Na verdade, o cotidiano dos funcionários de escola é de semiescravidão: condições precárias de trabalho, salários miseráveis e jornada estafante.

O que faz a direção da AFUSE diante dessa dura situação? Até esse momento, não houve nenhuma reunião de representante de funcionário. A militância da Corrente Proletária, no entanto, se

deparou com a sua eliminação do grupo do Whatsapp, sob a justificativa da dirigente regional de que a Corrente persiste em ficar fazendo a defesa da necessidade de a direção convocar as assembleias para organizar a categoria e da independência do sindicato diante dos governos. Trata-se de uma conduta autoritária da direção do sindicato, que deve ser rechaçada pelos funcionários. A Corrente Proletária não faz senão defender o caminho da luta para enfrentar as medidas de Tarcísio e combater a política das negociações sem luta da burocracia sindical.

Essa é uma demonstração de que há duas políticas na Afuse: a da burocracia que está calada diante das duras medidas de Tarcísio; e da Corrente Proletária que trabalha para organizar a luta para enfrentar o governo, que vem impondo a brutal reforma administrativa.



São Paulo – ABC

Por um Ato Regional Classista e de Luta no ABCDMRR!

Abaixo as manobras burocráticas que visam excluir a política classista e revolucionária!

A primeira reunião de construção do ato regional das mulheres do ABCDMRR de 2026 ocorreu em Diadema, no dia 31/01. O chamado para a reunião incluía, explicitamente, “todas as pessoas”. No entanto, ao comunicarmos que destacamos um companheiro para participar da reunião fomos informados que a expressão “todas as pessoas” era apenas para mulheres e não-binários. Ao anunciarem a restrição em cima da hora, impediram a organização prévia e desarticularam as mulheres poristas que contavam com a divisão de tarefas com seus camaradas.

Ocorre que nesta reunião houve a participação de um assessor parlamentar, escancarando a hipocrisia. Enquanto barram a militância revolucionária, abrem exceções para “assessores de gabinete”. Ou seja: o gênero é uma barreira para o revolucionário, mas não para o burocrata de confiança da institucionalidade. Ao impedir a participação de um militante do POR, sob o pretexto de um “espaço exclusivo”, a burocracia não visava a proteção das mulheres, mas sim o controle político.

Na reunião de 31/01, ocorrida presencialmente, ficou acordada uma segunda reunião para 19/02. Contudo, no dia 10 de fevereiro, realizou-se a segunda reunião. A alteração ocorreu sem que todas as participantes da primeira reunião, que foi presencial, soubessem dessa segunda, online, pois a coordenação da frente de mulheres não havia inserido todas no grupo de mensagens. A militância do POR conseguiu participar dessa segunda reunião e encaminhou o link para outras militantes que não haviam sido informadas sobre a alteração de data da reunião. A antecipação da reunião do dia 19 para o dia 10 e a exclusão deliberada de militantes do grupo

de comunicação oficial são métodos típicos do estalinismo e da socialdemocracia para evitar o debate de ideias. A burocracia teme a divergência.

A burocracia gastou praticamente três horas de reunião discutindo trajetões e chegou ao absurdo de propor um “ato parado”, uma tentativa de castrar o caráter combativo das ruas fugindo do debate central sobre quais bandeiras as mulheres trabalhadoras devem levantar. Por fim, deliberaram por adaptar o panfleto estadual do 8M, sob o mote “Pela vida das mulheres! Contra o imperialismo, por democracia, soberania popular e pelo fim da escala 6x1!”. Cabe ressaltar que uma mera “adaptação” do panfleto estadual é uma tarefa burocrática, e que, a região do ABCDMRR, berço do operariado, exige um chamado que vincule a luta contra a opressão do homem sobre a mulher à luta contra o capital.

O que deveria ser um espaço de auto-organização democrática de mulheres e homens explorados e oprimidos, foi, mais uma vez, palco de manobras rasteiras por parte das direções reformistas do PT e do PSOL, que buscam domesticar o movimento de mulheres sob os limites da institucionalidade burguesa. Os episódios ocorridos desde a primeira reunião (31/01) revelam o uso oportunista do identitarismo para silenciar vozes revolucionárias. O Partido Operário Revolucionário repudia as tentativas de silenciar as minorias revolucionárias, e defende um ato regional com a unidade de homens e mulheres contra a exploração e a opressão, que denuncie a carestia, o desemprego e a violência que vitima a mulher proletária, onde não haja nenhum apoio a governos de conciliação que rifam nossos direitos trabalhistas.

Balanço da intervenção do POR nas reuniões preparatórias para o ato de 8 de Março em São Paulo

Terceira reunião - Direção sobrepõe o grupo virtual de mensagens às reuniões presenciais para eliminar a denúncia ao imperialismo

No dia 28 de janeiro, ocorreu em São Paulo a terceira reunião de preparação para o Dia Internacional da Mulher e o POR esteve presente, com a defesa da Frente Única Anti-Imperialista. A reunião deveria ter ocorrido de forma presencial na APEOESP, porém acabou sendo virtual. Essa mudança foi definida pelo grupo de WhatsApp da organização, após o horário limite combinado para trocar o modo da reunião. Essa foi a primeira decisão da semana feita por um meio incorreto.

Durante a reunião, foi apresentado e discutido o panfleto que será utilizado para convocar, durante o mês de fevereiro, as pessoas ao ato. Em um primeiro momento, o documento apresentava bandeiras importantes para o contexto que estamos vivendo: existia um ponto contra o imperialismo dos EUA, a denúncia à invasão da Venezuela e pela luta do povo Palestino, além disso também aparecia a luta contra a escala 6x1. Esses pontos, apesar de presentes, foram apresentados de forma oportunista e eleitoreira junto de outros pontos mais descaradamente eleitoreiros, como a defesa da “democracia”, em abstrato, e a luta contra o governo Tarcísio e o prefeito Nunes.

O objetivo da reunião era definir quais bandeiras eram de comum acordo entre todas as organizações ali presentes, sem entrar na discussão política que seria realizada na semana seguinte. Muitas das organizações presentes na reunião trouxeram o argumento que o 8 de Março deveria focar em pontos que são importantes para as mulheres, como o aborto e feminicídio, defendendo que deveriam vir em destaque no panfleto, antes da luta anti-imperialista. Como apresentamos no Massas 756, a conjuntura que nos encontramos é de intervenção direta do imperialismo na América Latina, além do contínuo genocídio que vem ocorrendo na Faixa de Gaza, mesmo diante de um cessar-fogo. Nesse contexto, é muito importante que o 8M seja um dia de luta internacionalista, pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores em geral.

Ao final, não foi votada a definição do panfleto, ficou para o GT de Comunicação fazer as alterações que todas tinham acordado e apresentar no grupo de WhatsApp para votação. Novamente, esse grupo de mensagens virtual foi utilizado para definir o que foi discutido nos encontros presenciais. Essa posição que vem se repetindo neste ano de 2026 não segue a democracia operária,

não prioriza as discussões políticas e permite às grandes organizações, como o PT, tomarem as rédeas das decisões de maneira burocrática.

O panfleto final ficou sem mencionar o avanço do imperialismo, situação tão latente na conjuntura atual. Essa reunião mostrou mais uma vez a profunda crise de direção em que nos encontramos. É preciso fortalecer o partido revolucionário, ligado às massas operárias, que lute contra o avanço da barbárie capitalista no Brasil e no mundo.

Quarta reunião - Uma reunião voltada à defesa do governo burguês de frente ampla de Lula

Dando sequência às reuniões de organização para o Dia Internacional da Mulher, no dia 4 de fevereiro o POR esteve presente na APEOESP para a discussão das bandeiras e do formato do ato.

Já definido que o ato será na Av. Paulista, no período da tarde, começou-se uma discussão sobre a forma que ele terá: caminhão de som ou diversas pipoqueiras, centralizado ou não, com parlamentares ou não e, principalmente, se será um ato de luta com diversas falas ou um ato cultural. Essa discussão na verdade disfarça uma tentativa dos grandes partidos e organizações, como o PT, de controlar quem e o que será dito e defendido no ato, impedindo as correntes menores, que estão participando da organização, que não defendem o governo, que têm uma posição mais à esquerda, de fazer fala.

Ao final, as propostas não foram votadas no dia da reunião, foi votado que devemos “digerir as ideias e votar na semana que vem”. Essa manobra não é nova. No ano passado, adiaram a votação para, na semana seguinte, aparecerem com um contingente maior de mulheres para aprovar a sua proposta, as quais não participaram da discussão política prévia e que após a votação simplesmente se retiraram. Isso mostra o artificialismo burocrático.

O POR defende que o ato seja de luta pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, a luta por direitos, salários, saúde e moradia, combinando essas bandeiras com o combate anti-imperialista. Como apresentamos nas notas sobre as reuniões preparatórias e no Jornal Massas, a crise capitalista tem avançado cada vez mais e o imperialismo segue atacando.

As bandeiras gerais votadas na reunião, porém, são bandeiras de defesa do governo, um governo que, ao contrário do que defende a direção petista do movimento, não defende os trabalhadores, não revogou as contrarreformas, mantém um salário mínimo de fome e tem avançado com a reforma administrativa, que afetará diretamente as mulheres mais pobres, que mais dependem do serviço público, além das próprias trabalhadoras do funcionalismo.

Isso mostra a profunda crise de direção e a necessidade urgente de engrossar as fileiras do Partido Operário Revolucionário. Diante da barbárie capitalista que se alastra, nenhum governo burguês, como o governo de frente ampla de Lula/Alckmin, será capaz de defender as mulheres. A resposta proletária está na formação de uma Frente Única Anti-Imperialista, o que passa por mobilizar as massas em defesa de suas reivindicações elementares, de emprego, salário e direitos.

Quinta reunião - Direção do movimento defende um ato festivo

Como ficou determinado na reunião anterior, esse encontro foi centrado na definição do formato do ato em relação às pipoqueiras

e/ou carro de som, e na disputa entre o caráter “mais político” ou “mais cultural”.

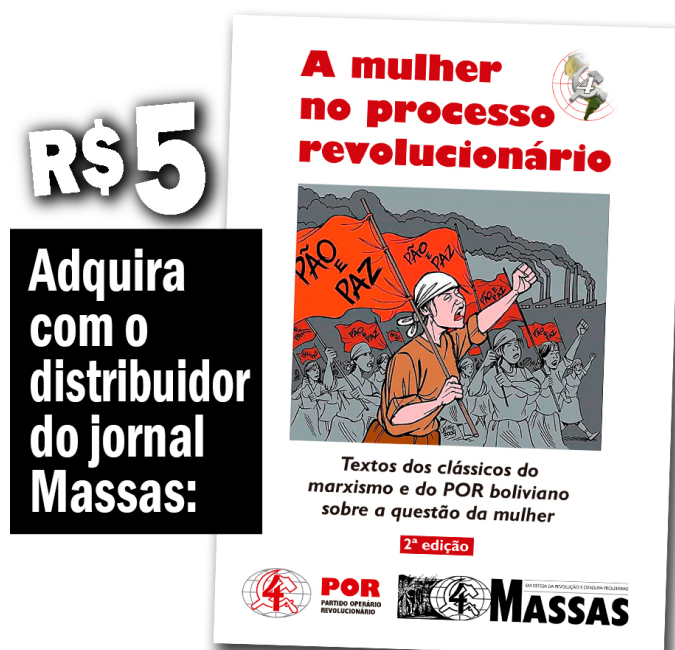
Algumas mulheres, em geral ligadas ao PT/CUT e satélites, fizeram a defesa de que as falas “políticas” fossem principalmente em pipoqueiras (aparatos de som menos potentes), para ser mais “democrático” e sair do “padrão patriarcal” dos “sindicalistas homens”, que “ficam se digladiando para falar no carro de som”. E que as apresentações artísticas e musicais fossem no carro de som, caso houvesse o mesmo, que isso favoreceria que mais mulheres participassem até o final - foi constatado que a cada ano tem reduzido a adesão.

O que omitiram é que a disputa acirrada pelo direito de fala nos carros de som do movimento sindical é resultado do elevado grau de burocratização imposto justamente pelas mesmas correntes políticas que dirigem o movimento de mulheres do 8M, principalmente o PT. E vale dizer que a suposta solução, de secundarizar as falas mais politizadas, relegando-as às tais pipoqueiras, não tem a ver com a democracia sindical, pelo contrário, é uma manobra para eliminar as falas mais à esquerda, especialmente as críticas ao governo de Lula.

Apesar de estarem em número maior, por terem levado uma considerável parte de mulheres da base da CUT, a grande maioria das correntes, em geral centristas, defendeu, mesmo concordando com a parte cultural, que o momento é grave e que não há clima de festa. E que por isso as falas mais politizadas no carro de som seriam importantes.

Houve uma votação e ficou definido que o ato deverá ter os dois recursos, pipoqueira e caminhão. Já o critério das falas e ordem “das atrações” da marcha ficou para a reunião seguinte e para isso foi formada uma comissão de coordenação, com uma integrante de cada organização, para levar uma proposta ao próximo encontro para validação e votação.

O POR defende que a manifestação tenha um caráter de luta, com a seriedade que o momento exige e que resgate as origens da marcha, de conteúdo internacionalista e socialista. Também defende a mais ampla democracia, para que todos tenham direito a voz no dia do ato, tendo prioridade no carro de som as organizações que participaram da construção do 8M e não parlamentares e “celebridades”, que além de passarem na frente sem terem construído a luta, acabam tomando muito tempo de fala, sobrando pouco para quem realmente construiu.



R\$5

A mulher no processo revolucionário

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Textos dos clássicos do marxismo e do POR boliviano sobre a questão da mulher

2ª edição

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Transposição da represa Billings: Sabesp privatizada saqueia as cidades operárias

A recente obra da Sabesp para interligar a represa Billings ao Sistema Alto Tietê é vendida pelo governo paulista como um triunfo da “segurança hídrica”. Com investimento de R\$ 1,4 bilhão para bombear 4 mil litros por segundo, o projeto se apresenta sob uma máscara de neutralidade técnica. Contudo, por trás dos números, revela-se a lógica predatória da gestão capitalista consolidada pela privatização da Sabesp em 2024.

A estrutura da obra não visa ao bem-estar social, mas a reorganização dos mananciais para atender aos polos de valorização imobiliária e industrial da metrópole. É a expressão do capitalismo urbano em sua forma mais nua: centralizar recursos onde o lucro é maior e socializar os custos ambientais nas cidades operárias.

Enquanto o capital garante a reprodução do centro, o Grande ABC paga a conta. Críticas técnicas apontam que a retirada massiva de água ameaça o equilíbrio ecológico local e o abastecimento regional, suprimindo vegetação e pondo nascentes em risco. Trata-se de uma ecologia de classe: as regiões pobres fornecem o recurso e absorvem o impacto ambiental, enquanto o valor econômico flui para os cofres do mercado financeiro.

Sob a batuta dos acionistas, termos como “resiliência” e “ro-

bustez” servem apenas para camuflar a transformação da infraestrutura hídrica em ativo financeiro. No regime de privatização, o planejamento democrático é substituído por decisões de gabinete e licenciamentos acelerados, sem qualquer participação das massas afetadas. Isso confirma que no capitalismo até a água é organizada para garantir a rentabilidade do sistema, nunca as necessidades humanas.

A crise hídrica não é um fenômeno meramente climático; é um produto da especulação imobiliária e do crescimento desigual. Por isso, a resposta revolucionária não termina na denúncia. É necessário exigir a reestatização imediata da Sabesp sob controle dos trabalhadores e dos usuários, a gestão dos recursos hídricos pelos próprios trabalhadores, com poder deliberativo sobre grandes obras e transposições, e o fim da lógica do lucro no saneamento. A água deve ser tratada como bem comum universal, não como instrumento de reorganização territorial do capital.

O problema não é técnico, é de classe. Enquanto a água for gerida pela mão do mercado, ela servirá apenas para aprofundar a desigualdade. A saída real exige colocar o controle da vida nas mãos de quem a produz: os explorados e oprimidos.

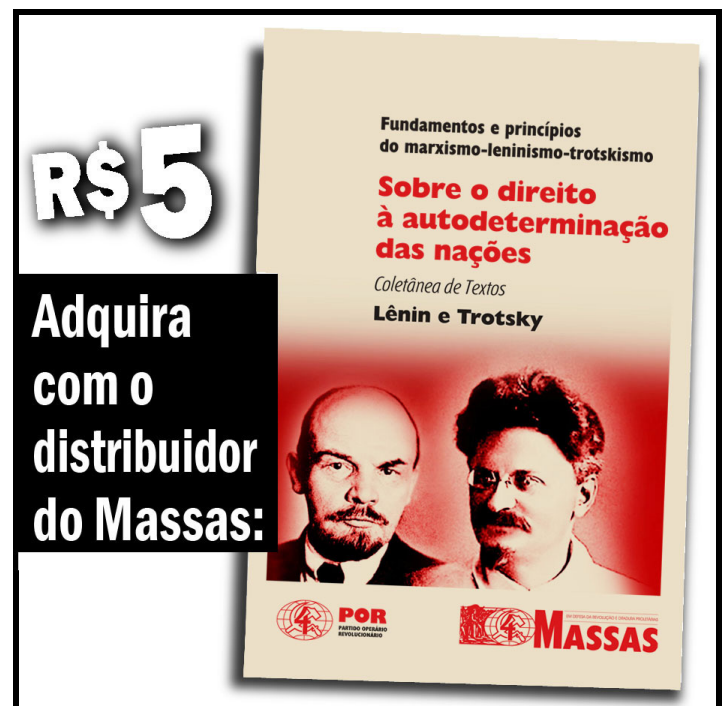
Comitê de Solidariedade à Venezuela constituído em Porto Alegre é cavalo de Troia do PSUV, ALBA e outras organizações que resolveram entregar a Venezuela ao imperialismo

O “Comitê de Solidariedade à Venezuela”, constituído em Porto Alegre, apresentou-se, desde a sua origem, como uma iniciativa controlada politicamente pelo PSUV, pela ALBA e por organizações aliadas, funcionando como um instrumento subordinado às diretrizes desses organismos. O comitê foi convocado pela Organização José Martí e lançado no dia 15 de janeiro, em uma reunião realizada na Casa Diógenes, na Cidade Baixa. Essa primeira reunião contou com a presença de dezenas de militantes e teve intervenções contra a invasão dos Estados Unidos na Venezuela, muitas em defesa do regime político venezuelano, mas também manifestações de defesa da necessidade de que o comitê tivesse um caráter anti-imperialista. No entanto, as propostas apresentadas e as opiniões divergentes não foram tratadas de forma democrática.

A segunda reunião ocorreu com participação reduzida, mas permitiu algum nível de discussão política, ainda que de maneira desorganizada. Nessa reunião, foram encaminhadas propostas e deliberada a formação de uma comissão operacional para executar as tarefas definidas. Os critérios de composição dessa comissão foram alheios à democracia operária. Houve insistência para que todas as forças políticas estivessem representadas, mas os membros da Organização José Martí defenderam até o cansaço que a comissão fosse reduzida a apenas cinco pessoas, com a justificativa de que teria apenas a função de executar as decisões do comitê. O POR se dispôs a compor essa comissão.

No dia seguinte, o material de divulgação das atividades deliberadas pelo comitê foi produzido por um membro da Organização José Martí, sem passar pela comissão e com conteúdo completamente distinto do que havia sido discutido e aprovado coletivamente. Em seguida, esse mesmo membro decidiu, por conta própria, que os materiais utilizados nas atividades seriam reproduções de conteúdos enviados pela ALBA e pelo PSUV. Além dis-

so, propôs incluir no grupo operacional pessoas que não haviam participado de nenhuma das reuniões do comitê, alegando que seriam informantes da Venezuela ou dirigentes sindicais “reconhecidos do movimento”. Essa proposta foi contestada pela militante do POR que defendeu que eventuais contribuições dessas pessoas deveriam ser levadas às reuniões do comitê.



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

A principal atividade deliberada na segunda reunião foi a montagem de uma banca e a intervenção do comitê no ato em comemoração aos 25 anos do Fórum Social Mundial, por se tratar de um espaço considerado propício para propaganda contra a intervenção imperialista e pela recondução de Maduro à presidência. No dia do ato, a Organização José Martí montou a banca no Parque da Redenção, porém a chamada “intervenção do comitê” correspondia, na prática, ao próprio ato comemorativo do FSM. Essa versão foi divulgada por mídias ligadas à Casa Diógenes, como a TVT e o Brasil de Fato, demonstrando que a proposta apresentada na reunião do comitê serviu para enganar e arrastar as forças que o compunham, levando-as a comemorar o FSM sob a falsa ideia de que participavam de uma campanha em defesa da Venezuela. Além disso, todas as publicações dessa imprensa omitiram o caráter anti-imperialista e defenderam apenas a “liberdade” para o Maduro, não sua recondução à presidência, algo que os organizadores do comitê afirmam constantemente concordar, mas se negam a defender abertamente, demonstrando conivência com a imposição de Trump do novo governo capacho.

A tentativa da Organização José Martí de evitar a realização de uma nova reunião ampla do comitê na semana seguinte, propondo apenas um encontro do grupo “operacional”, foi frustrada diante da reação contrária à inclusão de pessoas externas ao comitê neste grupo. Diante disso, foi convocada, de última hora, uma reunião ampla com todas as forças que compunham o comitê, mas essa reunião teve baixa adesão. Nessa terceira reunião, o POR solicitou esclarecimentos sobre a real natureza do comitê, se pretendia se constituir como uma frente anti-imperialista, com discussão política e deliberação coletiva das ações, ou se funcionava como uma extensão da política da ALBA, seguindo orientações do PSUV, como vinha se demonstrando. Também foram questionados qual era a real composição do comitê, já que publicações divulgadas sem qualquer discussão listaram partidos, entidades e pessoas que nunca participaram das reuniões, ao mesmo tempo em que omitiam forças presentes desde o início.

A representante da Organização José Martí afirmou que o comitê era, de fato, uma extensão da política da ALBA e que implementaria as orientações do PSUV, alegando que sua criação teria partido de uma ordem do próprio PSUV. Acrescentou que isso não impediria a discussão interna, embora as atividades já estivessem previamente definidas. O POR reiterou que o comitê deveria

ser independente e se constituir como um comitê de mobilização por uma frente única anti-imperialista, explicando que essa seria a única via para enfrentar o avanço do imperialismo na América Latina. Também apresentou o entendimento de que um programa anti-imperialista implica em defender reivindicações como o não pagamento da dívida pública, a nacionalização das fontes de matérias-primas, a revogação das contrarreformas, etc. E que essas bandeiras deveriam ser levantadas pelas centrais e sindicatos e que o comitê deveria cumprir a função de exigir e mobilizar nesse sentido.

Em todas as intervenções do POR, representantes da Organização José Martí, do PSOL, do PCdoB, do PT e da UP simularam consenso, distorceram as posições apresentadas e, ao final, a discussão foi desviada para propostas de transformar atos políticos em atrações culturais, com o objetivo de enganar as massas e fazê-las participar de atos em defesa da Venezuela sem sabê-lo.

Posteriormente, nos foi informado que, após a saída dos militantes do POR do espaço de realização da reunião, um representante do PT exigiu dos demais que não fosse permitida a participação do POR, questionando a “permissão” que os organizadores estavam nos concedendo para defender o “programa máximo”. Esse episódio evidenciou que a simulação de consenso era deliberada e que havia a intenção consciente de silenciar posições divergentes.

O POR não estava defendendo o “programa máximo”, primeiramente porque não tem nenhuma ilusão que PT, PCdoB, PSOL e demais satélites estariam dispostos a assumir posições revolucionárias. Temos plena consciência de que são partidos entregues à ordem burguesa. Além disso, não fazemos a separação de programa mínimo e máximo, defendemos as reivindicações próprias dos explorados, que na época do capitalismo em decomposição, são reivindicações transitórias, uma vez que a burguesia não tem capacidade alguma de realizar reformas ou atender as reivindicações das massas.

Uma quarta reunião foi convocada e reuniu apenas os organizadores e alguns burocratas que aderiram posteriormente para somente assinar seus nomes. O POR não participou dessa última reunião, avaliando que o espaço já estava esvaziado politicamente e que já se perdeu qualquer capacidade de organizar uma resistência efetiva contra o avanço do imperialismo.

RS\$5

Projeto de Informe sobre a América Latina

Atualidade de questões que já em 1977 o POR debatía na esquerda:

- Caracterização marxista de país atrasado
- Crítica programática ao foquismo e ao nacionalismo
- Assembleia Popular ou Unidade Popular
- Atuar nas organizações de massas burocratizadas
- Intervenção revolucionária nas eleições

DOCUMENTOS

PROYECTO de INFORME sobre AMERICA LATINA

Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina

2ª edição

Partido Operário Revolucionário

MASSAS

LANÇAMENTO

RS\$5

Crítica programática ao PCBR

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Nesta edição:

Cuba: Abaixo as sanções econômicas contra Cuba!

Argentina: Greve geral na Argentina demonstra rejeição da maioria oprimida à reforma trabalhista de Milei; O Senado aprovou a Reforma Trabalhista preparada pelo FMI e grandes corporações; Fora EUA da Argentina e América Latina! Não à entrega do porto de Ushuaia, não às suas bases militares, não às excursões de seus funcionários para organizar o saque do País; Mobilizar de forma unitária e massiva. Exigir uma greve geral e um plano de luta desde as bases. Devemos derrotar a reforma trabalhista das grandes corporações e do fmi!!

102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin): Lênin, Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Abaixo as sanções econômicas contra Cuba!

Pela liberdade de vender petróleo ao país

Derrotar a ofensiva de Trump com uma frente única anti-imperialista

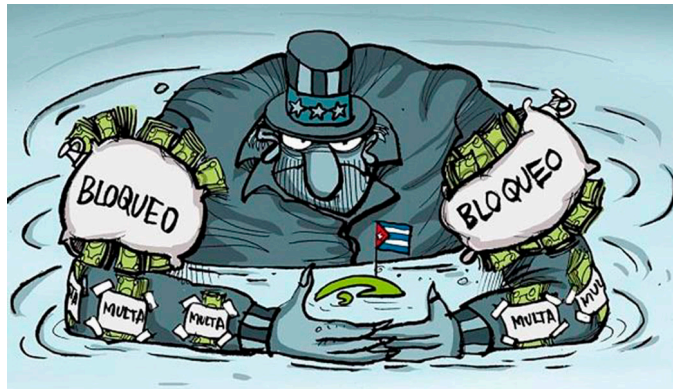
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO CUBANA!

O terrível agravamento do bloqueio dos EUA contra Cuba é um ataque contra todos os oprimidos da América Latina e do mundo. A Revolução Cubana é uma bandeira da luta dos povos contra a opressão e contra o imperialismo. O imperialismo teve que conviver com a materialização da possibilidade de que a Revolução podia triunfar num país atrasado e sob o nariz do império. Sobreviveu graças à luta de seu povo e à solidariedade de todos os oprimidos. A Revolução enfrentou e suportou 64 anos de bloqueio ininterrupto, invasões, sabotagem e ameaças constantes.

A política de Trump é forçar a queda do regime, a rendição de Cuba por asfixia, deixando-a sem petróleo. Cortou, desde o início de janeiro, o fornecimento de petróleo venezuelano. “Cuba está prestes a cair”, “deveria fazer um acordo com os EUA” antes que a situação piore, disse Donald Trump. Em 29 de janeiro, ele assinou uma ordem executiva declarando Cuba uma “ameaça à segurança” e impondo tarifas a qualquer país que lhe vendesse combustível.

A crise já dura muitos anos, mas agora atingiu seu ponto mais crítico, o país está praticamente paralisado, a escassez de petróleo em Cuba coloca em risco serviços essenciais em todo o país, forçando medidas emergenciais, como a suspensão do transporte público, aulas em universidades e cirurgias não essenciais. Há uma crise de saúde aguda, vizinhos queimam cabos, plásticos, pedaços de tecido e qualquer coisa que encontrem para acender fogo. Além disso, os preços subiram e o peso cubano está despencando, agravando as diferenças sociais com aqueles que têm acesso a moeda estrangeira.

O cerco do petróleo impactou o turismo, uma das principais fontes de renda. Para economizar energia, no meio da alta temporada, mais de uma dúzia de hotéis foram fechados e as companhias aéreas foram informadas de que não há combustível disponível para aviões em seus nove aeroportos internacionais por pelo me-



nos um mês. Companhias aéreas canadenses e russas suspenderam suas conexões.

Da ONU se denuncia: “As unidades de terapia intensiva e as salas de emergência foram afetadas, assim como a produção, fornecimento e armazenamento de vacinas, produtos sanguíneos e outros medicamentos sensíveis à temperatura. Em Cuba, mais de 80% dos equipamentos de bombeamento de água dependem de eletricidade, e quedas de energia

estão prejudicando o acesso à água potável, saneamento e higiene”. Também mencionaram a interrupção do sistema de racionamento de alimentos, que afetou os “grupos mais vulneráveis”.

A porta-voz do escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, Marta Hurtado, ressaltou que “as sanções unilaterais dos EUA não respeitam os direitos humanos dos cubanos. Suas ações não estão de acordo com a Carta das Nações Unidas ou com o direito internacional.” A declaração mostra tanto as graves consequências do bloqueio quanto a incapacidade de tomar qualquer ação para remediá-lo.

Em 2003, a intervenção de Hugo Chávez protegeu Cuba. Assinou uma aliança pela qual a Venezuela enviava 100.000 barris de petróleo por dia em troca da “exportação de serviços profissionais” (enviando médicos, professores, treinadores esportivos e soldados cubanos). Hoje, a Venezuela está sendo transformada em uma colônia dos Estados Unidos que não envia uma gota de petróleo para Cuba e, em vez disso, já abastece Israel.

O ataque a Cuba faz parte de uma ofensiva geral dos Estados Unidos que há pouco bombardearam a Venezuela e sequestraram o presidente Maduro e sua esposa. Que manteve bloqueado o Mar Caribe bloqueado com sua poderosa frota por meses, atacando inúmeras embarcações e matando dezenas. Que interveio militarmente no Canal do Panamá para se apropriar dele. Que ameaça tomar a Groenlândia. E ameaçou México, Colômbia e Brasil. Que agora transferiu seu poder militar diante das costas do Irã

numa tentativa de impor um acordo nuclear à força. Que continua sustentando o genocídio em Gaza. Que intervém abertamente na Nigéria... Os EUA atuam como gendarmes do mundo, querendo recuperar seu peso hegemônico e tentando sair de sua profunda crise.

É importante a solidariedade material de alguns países. Discursos e denúncias dramáticas não são suficientes. O México enviou dois navios com 800 toneladas de comida e ofereceu estabelecer uma ponte aérea humanitária. A Rússia prometeu fazer um carregamento de combustível. Mas o México até agora cedeu à pressão dos EUA e suspendeu os embarques. O governo brasileiro está apenas discutindo como enviar ajuda humanitária. Mas O ESSENCIAL HOJE É O PETRÓLEO. Países amigos e solidários, que têm produção, precisam enviar o petróleo de que precisam desesperadamente. É a forma concreta de quebrar o cerco criminoso de Trump. Cada dia que passa é um inferno para a maioria dos cubanos. E é uma afronta aos explorados e oprimidos da América Latina.

A classe operária, os trabalhadores, os estudantes, os camponeses devem pôr em pé uma Frente Unica Anti-imperialista em

cada país e unir nossas lutas em escala continental para enfrentar a ofensiva terrorista de Trump e exigir que seus governos enviem petróleo para Cuba. É necessário um amplo movimento de denúncia e solidariedade para defender a Revolução Cubana.

A intensificação de bloqueios, ameaças, guerras comerciais, ataques militares, expõe a impotência de governos que se auto-denominam progressistas, reformistas, nacionalistas ou antineoliberais. Todos mostram suas limitações, sua covardia, sua incapacidade de enfrentar a prepotência internacional. Não devemos ter nenhuma ilusão neles. Não podem defender sua própria soberania, conseqüentemente, acabam virando as costas para a vontade de luta dos oprimidos.

A classe operária deve dirigir a revolta dos povos oprimidos, sob uma perspectiva anti-imperialista e anticapitalista. Nenhuma outra classe pode substituí-la. Por isso, é urgente resolver sua crise de direção em cada país e internacionalmente, reconstruindo a Quarta Internacional como o Partido Mundial da Revolução Socialista.

17 de fevereiro de 2026

Argentina

Greve geral na Argentina demonstra rejeição da maioria oprimida à reforma trabalhista de Milei

O governo antinacional e antipopular enfrentou quatro greves gerais. Mas, a ocorrida em 18 de fevereiro foi a mais ampla e contundente de todas. Manifestações anteriores a precederam. A brutal repressão não fez senão convencer ainda mais os trabalhadores de que a greve geral era e é o único caminho para derrubar no Congresso Nacional o projeto da reforma trabalhista e derrotar a ofensiva antioperária do governo Milei.

A delimitação de 24 horas decidida pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), no entanto, mostrou ao governo e seus partidários no parlamento que a burocracia sindical não estava por expressar a revolta da maioria dos assalariados. O balanço feito pelo presidente da CGT, Jorge Sola, foi de que mais de 90% das atividades foram paralisadas. O problema está em como retomar a greve geral por tempo indeterminado.

As conseqüências nefastas para a economia já tem sua primeira contabilidade. Segundo informações, nos últimos dois anos foram fechadas 21 mil empresas e destruídos cerca de 300 mil postos de trabalho. A Argentina está passando há algum tempo pelo processo de desindustrialização. Cabe notar que a indústria Argentina é mais avançada que a do Brasil. O desemprego e a informalidade continuarão a crescer.

A contrarreforma trabalhista vem ao encontro dos interesses das multinacionais e dos capitalistas nacionais que procuram manter a sua lucratividade destruindo antigos direitos trabalhistas conquistados a duras penas pelo movimento operário e popular.



O Partido Operário Revolucionário da Argentina (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem trabalhado sistematicamente para que a classe operária encarne seu programa próprio e protagonize a luta de classes contra as forças burguesas externas e internas, que servem à brutal exploração e aos interesses do imperialismo.

Publicamos abaixo as respostas dadas pelo POR

A Reforma Trabalhista elimina direitos e quebra a estrutura sindical do movimento operário

(Masas argentino, nº 498)

O objetivo da Reforma: tornar mais barata a demissão dos trabalhadores, discipliná-los e enfraquecer sua proteção estrutural. Dessa forma, melhora a rentabilidade patronal. Aumenta o poder patronal para impor, ao seu arbítrio, como modificar as relações trabalhistas

É falso pensar que maior flexibilidade trabalhista ou remuneração mais barata ajudarão a criar empregos ou formalizar trabalhadores que não estão registrados. Todas as tentativas anteriores falharam.

Toda vez que a Lei menciona uma situação “que pode ser ‘acordada’ entre empregador e trabalhador”, na prática implica facultar o patrão, devido à real capacidade assimétrica de negociação individual entre um e o outro.

“A reforma trabalhista propõe que os empregados de plataforma não sejam considerados trabalhadores”, disse o advogado trabalhista Matías Cremonte. Também diz que “A OIT, em junho, vai aprovar uma convenção para a proteção do trabalho em plataformas”, contrariando esta Lei. A nova lei revoga regulamentos recentes, como a lei do teletrabalho.

“Na América Latina em geral, há uma precariedade no trabalho, principalmente devido à ausência de um Estado controlando ou fazendo cumprir as leis. É isso que explica os níveis de emprego não registrado, que na Argentina são cerca de 40%, mas na América Latina, em muitos casos, ultrapassam 50 ou 60%. No Paraguai, Chile, Peru, tem taxas altíssimas; e as reformas trabalhistas feitas nesses países se dizia também que buscavam o trabalho registrado, e o resultado foi o oposto.”

A lei enfraquecerá a ação sindical. Em países onde predomina a negociação coletiva por empresa, sindicalização por empresa (que é o que se está tentando fazer), o resultado é que os níveis médios de sindicalização caíam para 5% contra mais de 30/35% na Argentina.

A lei promove negociações no âmbito menor, onde o trabalhador é mais fraco, e habilita expressamente a validade de negociações menos favoráveis do que a do acordo geral.

Restringe-se o direito de greve, se limitam as assembleias; os delegados ficam desprotegidos, deixando o trabalhador mais sozinho e mais exposto à arbitrariedade patronal.

O Estado subsidiará os pagamentos de rescisão com dinheiro do Anses (Administración Nacional de la Seguridad Social).

Cria-se um Fundo de Assistência Trabalhista (FAL) para que as demissões não custem nada aos patrões. Este fundo será financiado retirando 3% das contribuições que atualmente vão para a ANSES. Com esse dinheiro, um fundo milionário é montado, administrado pelo sistema financeiro. Vai subtrair entre 2 e 2,5 bilhões de dólares por ano dos aposentados.

A Constituição Nacional garante proteção contra demissões arbitrárias. A Lei de Contratos de Trabalho reproduz esse direito, que agora está seriamente enfraquecido pela introdução do Fundo de Assistência Trabalhista (FAL).

Isso permite que os patrões demitam sem enfrentar o custo imediato. O custo da indenização deixa de ser uma barreira para o empresário.

Transfere-se o medo. O temor do patrão de não cumprir as normas trabalhistas — registro, salários, horários de trabalho, direitos — funcionava como um limite, devido ao custo que tal falha poderia ter. A reforma busca alterar esse eixo: que o medo passe a ser do trabalhador, que saiba que pode ser demitido a qualquer momento, sem um impacto econômico significativo para o patrão.

Esse medo estrutural disciplina. Obriga a aceitar decisões patronais, mesmo quando prejudicam a dignidade, saúde ou direitos básicos do trabalhador; especialmente em um contexto de aumento do desemprego e queda salarial. (Extraído do artigo de Sergio O. Rodríguez - Perfil)

Indenização mais barata: que salário é considerado a base? O cálculo da compensação é substancialmente modificado. O Artigo 51, que substitui o Artigo 245 do LCT, dispõe textualmente:

“(…) Entende-se como remuneração, a estes fins, a devida e paga em cada mês, por isso não incidirão os pagamentos não mensais, como o Salário Anual Complementar, férias, prêmios que não são pagos mensalmente, etc. Se define como habitual, para estes fins, aqueles pagamentos no mínimo durante os últimos seis meses. Costume é definido como aqueles itens acumulados pelo menos seis meses no último ano civil. Define-se como normal, para estes fins, no caso de remunerações variáveis, como bônus mensais, horas extras, comissões etc., a média dos últimos seis meses, ou do último ano se for mais favorável ao trabalhador. (...)”

Hoje, a indenização inclui toda a renda que compõe a remuneração, independentemente de sua periodicidade. Com a reforma, componentes essenciais do salário real do trabalhador são excluídos. Assim, a base de cálculo é reduzida e a indenização é reduzida. A demissão custa menos.

Indenização em até 12 parcelas

O artigo 56 modifica o artigo 277 do LCT e incorpora o seguinte parágrafo: “Em caso de sentença judicial..., o juiz pode autorizar, de forma bem fundamentada, ordenar o pagamento total do mesmo em até um máximo de doze parcelas mensais consecutivas, ajustadas de acordo com a diretriz estabelecida no artigo 276 desta lei, quando as circunstâncias do caso o exigirem.”

Se o empregador for uma pessoa física ou uma PME, o trabalhador que passou por anos de litígios judiciais já não receberá mais seu crédito de uma vez só, mas sim em cómodas parcelas. Assim, a indenização perde sua função reparadora e urgente. O dano já ocorreu, a demissão já foi consumada, mas o trabalhador deve financiar o empregador mesmo após vencer o processo.

Isso vai permitir estender o dia útil para 12 horas e acabar com as horas extras pagas, se denomina isso de “banco de horas”.

O banco de horas: as horas trabalhadas acima do dia útil legal não são pagas como horas extras, mas são “compensadas” com pausas futuras. O patrão economiza o pagamento das horas extras e a jornada de trabalho se flexibiliza unilateralmente porque o trabalhador não terá escolha a não ser aceitar imposições. O banco de horas compensa o dia útil mais longo de um dia pelo dia útil mais curto de outro, desde que o máximo legal do dia semanal não seja ultrapassado.

A suposta “vontade” do banco de horas é fictícia. O trabalhador aceita porque não pode recusar. O medo de perder o emprego transforma o banco de horas em um mecanismo de imposição encoberta.

Quando se refere à “distribuição do tempo de trabalho”, se estabelece o respeito pelo mínimo essencial de 12 horas de descanso entre os dias úteis. Isso significa que o dia útil pode ser estendido para 12 horas, sem que sejam consideradas “horas extras” aquelas que excedem à jornada de trabalho habitual. Acordos coletivos e contratos individuais podem estabelecer métodos para calcular o dia máximo de trabalho.

Diz que o acordo entre o trabalhador e a empresa “deve ser formalizado por escrito, consignando a natureza voluntária da oferta de horas extras e seus limites, especificando o modo de operação do sistema e estabelecendo um método confiável de controle que permita a ambas as partes registrar as horas efetivamente trabalhadas e as horas disponíveis para seu aproveitamento pelo trabalhador”. A possibilidade de acordo voluntário entre empregador e trabalhador sobre a administração das horas extras estabelece a ideia de negociação individual das condições.

Com esta facilidade para os empresários, os trabalhadores saberão a que horas entram, mas não a que horas terminam suas obrigações.

Ficar doente custará mais caro

Reduzem-se as licenças por doença ou por acidente, para 50 ou 75% dependendo do caso. Os trabalhadores terão redução salarial durante toda a licença. Houve uma confusão. Parecia que havia sido removido do projeto. No entanto, a redução do tempo e da quantidade dessas licenças estava na lei votada, adicionada em cima da hora, quebrando algum acordo anterior entre os blocos.

A licença-paternidade é mantida em dois dias.

Período de férias: Formalmente estabelece que o empregador deve conceder o período de férias para cada ano no período entre 1º de outubro e 30 de abril do ano seguinte. Mas é introduzido: “as partes podem, por acordo mútuo, prover o aproveitamento

de férias fora do período mencionado.” A data de início deve ser notificada por escrito ao trabalhador com no mínimo 30 dias de antecedência, em vez de 45 dias.

Mantém-se que, quando as férias não são concedidas simultaneamente a todos os trabalhadores ocupados pelo empregador no estabelecimento, local de trabalho, seção ou setor onde trabalham, e elas são acordadas individualmente ou por grupo, o patrão deve agir de modo que cada trabalhador tenha direito ao desfrute delas pelo menos uma temporada de verão a cada três períodos.

Quanto à divisão do período de descanso, introduz a possibilidade de não conceder todo o período de férias: “O empregador e o trabalhador podem concordar com a divisão do período de férias, desde que cada uma das seções seja no mínimo de sete dias.”

Revogação de normas de proteção e perda de previsibilidade:

A reforma também avança em regimes especiais. Entre outros, o Estatuto do Jornalista é revogado, o teletrabalho é desregulamentado e o Estatuto do Cabeleireiro é eliminado, entre vários outros. Eles não eram privilégios: eram respostas normativas a realidades trabalhistas específicas. Sua eliminação implica um retorno a uma regulamentação genérica que ignora as particularidades de cada atividade e enfraquece proteções historicamente conquistadas.

Em um anexo, inserido pela janela da lei, toda jurisdição trabalhista é transferida para a Justiça da Capital Federal, considerada mais amigável e controlável pelas grandes empresas.

A lei promove a evasão e a fraude e dificulta o acesso à justiça para trabalhadores precários e aqueles cujos direitos não foram respeitados. Altera as presunções: dá prioridade ao que aparece no papel, mesmo que esses registros não reflitam a relação real de emprego.

Promove a subcontratação e a terceirização, desvinculando a empresa principal das responsabilidades. Considera apenas a empresa que registra o contrato como empregadora, mesmo que atue como simples intermediária. Mais uma vez, isso deixa os trabalhadores sem a possibilidade de reivindicar quando lhes é devido salário ou compensação.

Para gerar empregos genuínos, é necessário reativar imediatamente as obras públicas, com planos quinquenais que visem a atender às necessidades mais urgentes da maioria. As importações de todos os produtos que são ou podem ser produzidos no país devem ser interrompidas. Deve haver um plano de industrialização que aproveite os enormes recursos que o país possui. A conquista do salário mínimo, equivalente ao custo da cesta básica familiar por 8 horas de trabalho, tornará possível que muitos trabalhadores se concentrem em um único emprego, liberando empregos para outros trabalhadores. Essas condições só podem ser impostas pela ação direta da classe operária, derrotando as corporações e o FMI que dirigem Milei, mesmo que ninguém tenha votado nelas.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Argentina

O Senado aprovou a Reforma Trabalhista preparada pelo FMI e grandes corporações **(Masas argentino, nº 498)**

Os legisladores que deveriam votar a lei receberam a versão final pela manhã, com mais de 50 modificações em relação ao texto do dia anterior, conhecidas pelos blocos partidários do governo (PRO, radicais, partidos provinciais), e continuaram fazendo modificações durante a sessão. A Lei foi preparada pelos escritórios de advocacia de grandes corporações. Foi “debatida” no Senado em um único dia, em um procedimento “express”. Foi aprovado por 42 votos contra 30.

Uma das disputas que transcendeu foi entre os bancos e o Mercado Pago, que queria introduzir no projeto que carteiras virtuais poderiam receber depósitos dos salários dos trabalhadores, retirando um dos grandes negócios dos bancos.

Vários governadores apoiaram a Reforma instruindo seus senadores a votarem a favor, como Flavia Royón de Salta, ex-funcionária de Alberto Fernández. Esse é o mecanismo antidemocrático da ditadura civil. É a podridão do sistema, sua decadência definitiva, sendo que em outros tempos não ousaram um ataque tão profundo e descarado. Lembramos que é um governo que mal teve o apoio eleitoral de 26% dos votantes. O projeto aprovado foi rapidamente enviado aos deputados para discussão e votação antes do final do mês.

A inclusão de reduções fiscais coparticipativas no projeto, que afetaram a renda dos estados, atuou como um elemento de

extorsão para que os governadores apoiassem a Lei em troca da retirada dessa cláusula tributária, tão sensível para seus bolsos (que não deveria ser incluída em uma lei de reforma trabalhista e sem ter sido previamente aprovada pelos deputados). Também as promessas de transferência ou aprovação de algumas obras públicas, diante do desespero financeiro. É uma manobra comum para conseguir apoio ou para governadores explicarem aos eleitores por que apoiam uma lei tão nefasta. A verdade é que, até que retirassem o capítulo sobre impostos, não tinham garantia dos votos necessários no Senado.

Em dezembro passado, o governo decidiu adiar a tramitação da Lei até agora, porque não tinha os votos suficientes. Deu-se um tempo para conquistar mais apoios, usando todos os recursos conhecidos. Como alertou um líder sindical, “Espero que não usem o Banelco novamente”, como fizeram quando De la Rúa quis introduzir sua reforma trabalhista subornando alguns legisladores.

É o maior ataque aos direitos trabalhistas da história, superando os ataques das ditaduras militares e dos governos mais reacionários. Esta contrarreforma pretende acabar com grande parte dos direitos trabalhistas conquistados em décadas de luta. Foram transformadas em leis pela luta coletiva, não pela vontade dos legisladores. O objetivo é pôr fim a toda aparência de

conciliação e aprofundar a guerra de classes contra o proletariado.

Somente a classe operária organizada em luta unitária pode enfrentar e derrotar essa política retrógrada. Não se deve confiar nem nos legisladores, nem governadores, nem no judiciário que estão a serviço do capital mais concentrado. A mídia vem trabalhando há meses para envenenar a população com um discurso que aponta os direitos trabalhistas como o principal problema que dificulta a geração de empregos ou a regularização dos trabalhadores informais, demonizando a atividade sindical e os sindicatos.

A resposta dos trabalhadores deveria ter sido preparada durante meses, desde as bases, com assembleias e reuniões, debatendo um plano de luta para defender direitos, lutar por salários, criar empregos genuínos, acabar com todas as formas de insegurança no emprego e prevenir demissões. Com campanhas públicas massivas e permanentes, respondendo à política de desinformação e de engano realizada pela grande mídia. O ataque que estava sendo preparado era conhecido, já havia sido previsto na Lei de Bases.

A direção da CGT trabalhou contra essa resposta operária essencial. Manteve Gerardo Martínez no Conselho de Maio do Governo até dezembro. A direção incentivou ilusões de que votar contra Milei em outubro poderia impedir sua ação, ilusões de que governadores e legisladores poderiam pôr fim ao ataque e, caso contrário, se recorreria à Justiça. Um caminho de paralisia, de derrota. Se, diante de tal ataque, a direção da CGT não se coloca à frente da luta, não a organiza, cabe perguntar quais interesses elas defendem.

As massivas marchas e atos em Córdoba, Rosario, Buenos Aires e várias cidades do país, além da greve de vários sindicatos, demonstraram a vontade de lutar, de resistir. A demanda unânime é que a CGT convoque uma greve geral como parte de um plano de luta, para esmagar a Reforma Trabalhista e também impor o salário mínimo vital e móvel e a defesa dos empregos.

Como de costume, o governo usou sua repressão para garantir que a Praça fosse esvaziada e que a mídia pudesse falar sobre

os “confrontos”, prendeu dezenas de manifestantes e se dispôs a acusá-los de terrorismo por terem participado do protesto, em uma operação para intimidar todos que querem se mobilizar e protestar.

Violência policial na repressão, violência na tomada ditatorial de direitos conquistados em décadas, violência no discurso da mídia deformando e mentindo sobre o que estava sendo discutido, quem preparou o projeto, quem se beneficia. Violência que é desencadeada contra a maioria que vê todos os dias como perde poder de compra e que vai impedi-los de se recuperar. Violência com as demissões ou a ameaça de demissão, sabendo que não há vagas disponíveis....

Na Câmara de deputados, o governo pode obter a aprovação da lei, o que seria uma grande derrota para os trabalhadores. Nesse caso, levará muito tempo e muita luta para reverter a lei que os empresários vão se apressar em aplicar e que alguns já a aplicaram de fato. A única possibilidade de evitar essa derrota está nas mãos dos trabalhadores organizados, que a CGT e as CTAs realizem a paralisação até que devolvam essa Lei ao FMI e a arquivem. Não há outro jeito. Medidas simbólicas ou testemunhais não são suficientes, é necessário parar o país como parte de um plano de luta para derrotar todas as políticas antioperárias e antinacionais de Milei.

GREVE GERAL DO CGT e CTAs QUANDO TRAMITE EM DEPUTADOS

ATE, UOM, Aceiteros, Luz y Fuerza, o Centro de Empleadores, a Associação de Pilotos de Linhas Aéreas (APLA), CTERA e as CTAs, entre outras, já convocaram greve e mobilização no Congresso.

A reunião foi realizada na sede da União Operária Metalúrgica (UOM) após a grande marcha da CGT na última quarta-feira. Manifestam “sua rejeição absoluta à reforma trabalhista promovida pelo governo de Javier Milei”, denunciam que as medidas violam “direitos históricos dos trabalhadores argentinos.”

Argentina

Fora EUA da Argentina e América Latina!

Não à entrega do porto de Ushuaia, não às suas bases militares, não às excursões de seus funcionários para organizar o saque do País

(Masas argentino, nº 497)

Um clima de suspeita foi vivido em Tierra del Fuego com o pouso “fantasma” de um avião militar C-40 Clipper da Boeing dos EUA, sem tripulantes identificados. A aeronave partiu da Base Conjunta Andrews, em Maryland, e fez paradas em Puerto Rico e Buenos Aires antes de Ushuaia.

Equipada com sistemas de comunicação criptografados e áreas de descanso para passageiros ilustres, a aeronave simboliza efetivamente uma afronta à soberania. O voo operava sob um código do Comando de Mobilidade Aérea, que inicialmente alimentou suspeitas de que os passageiros eram militares de alta patente, antes que a embaixada confirmasse as identidades.

Coincidiu com a intervenção do porto três dias antes e as demissões de trabalhadores locais, gerando genuína desconfiança.

Depois, a Embaixada confirmou que uma missão-chave de legisladores americanos estava chegando. A Embaixada dos EUA especificou que era uma “delegação bipartidária do Comitê

de Energia e Comércio da Câmara”. Segundo o comunicado, os congressistas viajaram à Patagônia para tratar de uma agenda técnica que incluía o processamento de minerais críticos, o manejo de resíduos de mineração e pesquisas em saúde pública.

O fato de estarem viajando em um Boeing da Força Aérea manteve os setores locais em alerta.

Apesar da explicação oficial, na Tierra del Fuego foi denunciado um “interesse geopolítico” oculto por trás da recente intervenção. No governo provincial, a reação foi de absoluta desconfiança. O secretário jurídico da Tierra del Fuego alertou que a visita gerou “muita insegurança”, porque não houve comunicação prévia com as autoridades locais, “a localização do porto de Ushuaia é valiosa demais para acreditar que foi uma simples visita rotineira ao meio ambiente.” De Ushuaia, foram para Neuquén visitar Vaca Muerta. O governo de Figueroa também ficou surpreso e indignado por não ter sido informado da visita.

O conflito eclodiu na quinta-feira, 22 de janeiro, três dias antes da chegada do avião, quando o governo nacional decidiu intervir no porto de Ushuaia, por meio da Resolução 4/2026 da Agência Nacional de Portos e Navegação (ANPyN), publicada no Diário Oficial, deslocando autoridades locais e demitindo dezenas de operários. Para o governador Melella, essa medida foi um “avassalamento do federalismo”, que buscava abrir caminho para concessões logísticas em favor dos Estados Unidos. A falta de relatórios oficiais sobre o motivo da intervenção, somada à chegada do avião militar três dias depois, desencadeou alertas de sindicatos e legisladores de Tierra del Fuego. Há uma forte suspeita de que isso seja um primeiro passo para entregar o controle estratégico da área aos EUA.

O Tribunal Federal rejeitou o amparo movido pelo governo da Tierra del Fuego contra a intervenção administrativa do Porto de Ushuaia por 12 meses “devido a irregularidades financeiras e falhas na infraestrutura”. O governo nacional argumenta que “usou o excedente financeiro do porto para pagar o serviço social estatal (OSEF) por meio da Lei Provincial nº 1596, que significava não cumprir o acordo de transferência que obriga a Província a reinvestir a renda apenas em atividade portuária”.

O Governador apontou que “Entendendo que a intervenção é ilegal, irracional, sem base ou sentido... qual é a verdadeira razão por trás disso? Pode ser uma negociata que se deseja ou realmente tem a ver com uma questão geopolítica, porque a Argentina tem estado muito fortemente ligada aos Estados Unidos e provocou à abdicação de sua soberania. A verdade é que há um manto de suspeita nesse sentido forte...”.

Foram exigidas explicações urgentes do Poder Executivo sobre o destino da Base Naval Integrada. A Tierra del Fuego “não é uma base militar estrangeira” e foi exigida transparência sobre os acordos que o presidente poderia estar fechando de costas para o país. A chegada dos oficiais pode estar ligada ao objetivo de uma base naval conjunta, uma possibilidade que o governo nacional negou repetidamente.

Milei já recebeu Laura Richardson e Alvin Holsey, ambos chefes do Comando Sul, em Ushuaia, para supervisionar projetos de infraestrutura. Embora o governo tenha insistido que a Base Naval é um projeto puramente argentino, a frequência das visitas e a chegada desse grupo de oficiais reforçaram a ideia de que o Atlântico Sul se tornou uma prioridade de segurança nacional para a Casa Branca. Como o recente documento de estratégia de segurança dos EUA coloca.

Desde 2022, a Argentina vem construindo uma Base Naval Integrada em Ushuaia, que busca “centralizar a logística antártica e o controle do tráfego marítimo”, que está longe de ser concluída devido à falta de recursos, mas despertou o interesse dos Estados Unidos. Devemos rejeitar por todos os meios que o trabalho acabe sendo uma instalação binacional a serviço da “segurança nacional” dos Estados Unidos, complementando a base militar da OTAN nas Malvinas.

A classe operária deve assumir em suas mãos a defesa da soberania nacional diante da covardia e cumplicidade dos governos e congressos, que é a covardia e a impotência da burguesia ajoelhada diante do senhor imperial. Os socorros financeiros do governo dos EUA e do FMI não são gratuitos, têm como contraparte entregar-lhes tudo o que quiserem.

Argentina

Mobilizar de forma unitária e massiva Exigir uma greve geral e um plano de luta desde as bases Devemos derrotar a reforma trabalhista das grandes corporações e do FMI!!

Só é possível com os métodos de luta da classe operária.

Nenhuma confiança nos governadores, legisladores e judiciário

(Masas argentino, nº 497)

Estamos enfrentando um ataque extraordinário aos direitos trabalhistas. Essa lei não pode ser aprovada, nem total nem parcialmente. A classe operária, por várias décadas, conquistou direitos com sua luta, com sua organização. Para defendê-los, deve confiar apenas em suas próprias forças, em seus próprios métodos de luta, em sua organização. O capitalismo em decomposição descarrega violentamente sua crise em nossas costas.

O ataque é a arma principal, pode paralisar o país. Deve ser preparada, organizada, para ser contundente, desde a base, e para que dure o tempo necessário para derrotar a política das grandes corporações e do FMI. Devemos impulsar esta medida em todos os lugares, promovendo os métodos da democracia sindical para resolver como encarar a luta.

A CGT convocou uma mobilização ao Congresso na quarta-feira 11 às 15h, quando o começará a sessão no Senado. Deu

liberdade de ação aos sindicatos para convocar paralisações naquele dia e convocou concentrações diante da Casa do Governo em cada província. A CGT diz que não descarta a possibilidade de convocar uma greve geral no futuro, mas a gravidade do ataque impõe começar paralisando o país.

Não há nada para dialogar ou conciliar com aqueles que declararam guerra aos trabalhadores, contra o direito à educação, saúde e moradia, que liberaram todas as tarifas, que pulverizaram nosso poder de compra e reprimem violentamente os protestos. Não há nada para dialogar com o governo que abriu indiscriminadamente as importações para destruir a indústria, que está deixando dezenas de milhares de trabalhadores na rua. Que entrega a soberania do país para facilitar seu saque. E quer aprovar o acordo colonial com os Estados Unidos. A direção da CGT se manteve até dezembro com Gerardo Martínez da UOCRA

no Conselho de Maio, com empresários e o governo, como se houvesse algo em comum com eles.

Não temos nenhuma confiança nos governadores e legisladores, já vimos como eles foram cúmplices do Governo que compra votos por meios diferentes, dum Congresso incapaz de investigar as fraudes da dívida externa e as legaliza. Daqueles que ainda se dizem defensores dos trabalhadores e da Nação devemos exigir que acompanhem as medidas de luta da classe operária. O interesse da classe nunca pode ser subordinado às suas manobras ou especulações.

Muitos deles parecem mais preocupados com a perda de suas rendas pela coparticipação do que com os direitos trabalhistas. A atitude do governo é tão sombria e sinistra que nem mesmo seus próprios legisladores sabem o texto que será apresentado para votação.

Já vimos como a ilusão de derrotar Milei eleitoralmente naufragou há alguns meses e é tolice pretender que temos que esperar até 2027. Devemos derrotar Milei agora! Cada dia que passa causa mais e mais danos aos trabalhadores e ao país.

A “responsabilidade” de que este projeto seja aprovado no Congresso é dos trabalhadores, da qualidade da luta que realizamos para evitar que esse ataque seja consumado. Não concordamos que legisladores possam resolver nossos direitos fora da nossa luta.

Nenhuma confiança na Justiça. Gerardo Martínez diz que “no caso daqueles artigos inconstitucionais, certamente desde a CGT recorreremos à justiça para solicitar sua rejeição”. Isso é uma armadilha. A justiça está colonizada pelas grandes corporações que permitiram que a Lei e a Constituição fossem pisoteadas. É para nos fazer acreditar que alguma instituição do Estado burguês pode defender os interesses dos trabalhadores.

O governo representa uma ultra-minoria parasitária, grandes corporações, os setores mais concentrados, o FMI, e na última eleição perdeu mais de 5 milhões de votos em comparação com 2023. É um regime de ditadura civil que precisa impor suas políticas reacionárias e antinacionais de forma autoritária.

Impulsionemos assembleias, plenárias e reuniões em todos os locais de trabalho. É com os trabalhadores que devemos conversar, é onde se deve medir a disposição para entrar em greve e resolver o plano de luta. Essa é a voz que deve ser ouvida.

A CGT afirma que a possibilidade de uma greve não foi discutida no Conselho Diretivo. Mas alguns sindicatos vêm propondo abertamente parar e mobilizar há semanas, como os aceiteros, UOM, sindicatos de transporte, SUTNA, CTAs e exigem um plano de luta para derrotar o governo.

É necessário impulsionar a greve nacional e o plano de luta para derrotar as políticas anti-operárias e anti-nacionais de Milei. Para derrotar a Reforma Trabalhista, recuperar o poder de compra dos salários e aposentadorias impondo o salário mínimo vital e móvel igual ao custo da cesta básica, impedir demissões e fechamento de fábricas e empresas, proteger a indústria nacional, acabar com o trabalho precário, desconhecer a dívida externa fraudulenta e defender a soberania nacional. É a classe operária que deve assumir essa luta em suas mãos, por suas próprias demandas e pelas demandas democráticas e nacionais da maioria. Não será com estes dirigentes que buscam escapar de suas responsabilidades privilegiando acordos com os patrões, governos, legisladores. Deverá ser com outros que assumam a responsabilidade histórica, selecionados desde a base.

O imperialismo norte-americano aplica uma política agressiva para dominar todo o continente, que considera seu, para tomar o controle do Canal do Panamá, subjugar a Venezuela sequestrando seu presidente e bloqueando-a completamente; sufocando Cuba com um bloqueio total; ameaçando ocupar a Groenlândia; ameaçando repetidas vezes Colômbia e México; pressionando o Brasil, tentando impor suas políticas a todos os países, ampliando a intervenção militar.

Só a classe operária pode assumir em suas mãos a tarefa de libertar nossa nação liderando todos os oprimidos em uma frente única anti-imperialista e, ao mesmo tempo, arrancará todas as correntes que a submetem à exploração capitalista. Lutando pelo próprio poder, a única forma de transformar nossas sociedades e colocar todos os recursos a serviço da maioria.

102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin

Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)



No *Jornal Massas 756*, iniciamos uma breve exposição sobre o percurso da militância revolucionária de Lênin. A primeira parte chegou ao ponto em que a revolução proletária se impõe, o Partido Bolchevique se encontra à frente e se confirmam as posições de Lênin. A segunda, tratamos do VII Congresso do partido. Agora, na terceira parte, assinalaremos os principais feitos e contribuições de Lênin para a consolidação da Revolução de Outubro, destacando a fundação da III Internacional e a implantação da Nova Política Econômica (NEP).

Lênin - Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista

A derrota do Exército Branco em Sebastopol, na Crimeia, em novembro de 1920, dirigido pelo general Pyotr N. Wrangel, pelo Exército Vermelho pôs fim à guerra civil, o que permitiu iniciar efetivamente a construção do Estado soviético.

É de extraordinário valor o empenho de Lênin em constituir a III Internacional, ainda quando o desfecho da guerra civil era incerto, embora tudo indicasse a fortaleza da resistência proletária ao avanço da contrarrevolução externa e interna. A vitória da

revolução e sua heroica luta em 1918 voltada à sua consolidação despertaram a vanguarda revolucionária em vários países da Europa a formarem partidos comunistas seguindo a orientação do bolchevismo.

Sobre essa base objetiva, Lênin tomou a iniciativa de convocar em março de 1919 o I Congresso, realizado em Moscou, que fundaria a III Internacional. Em seu fundamento estava a defesa da Revolução de Outubro, dos princípios programáticos do bolchevismo e do internacionalismo marxista. Esse pilar da organização mundial do proletariado se erguia no terreno da revolução proletária e dos seus reflexos nos trabalhadores e nos povos oprimidos. O II Congresso de 1920 deu um passo organizativo mais avançado para a formação do Partido Mundial da Revolução Socialista, que avançaria no seu III (1921) e IV (1922) Congressos na elaboração do programa, seleção das seções e centralização regida pelo regime do centralismo democrático.

Terminada a guerra civil, o governo soviético se deparava com a imensa dificuldade de como reerguer a economia devastada pela guerra e responder imediatamente à miséria e fome que se abatiam sobre as massas. No final de março de 1920, se realizou o IX Congresso do partido. Em seu objetivo central estava posta a necessidade de estabelecer diretrizes econômicas para enfrentar a calamidade herdada da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil. Tratava-se de reerguer e fortalecer a indústria. Passo esse decisivo para resolver a crise que se abatia sobre a produção agrária e que tanto sofrimento impunha às massas pobres do campo.

Lênin concebeu um plano de eletrificação, com o qual se reanimaria e ergueria uma indústria mais potente. Sem a industrialização, a condução operária da economia seria impossível e o convencimento das massas camponesas de sua libertação dos opressores latifundiários se perderia em meio ao atraso, à miséria e à ofensiva restauradora da minoria camponesa rica.

Como se constata, o IX Congresso, sob a direção de Lênin, permitiu centralizar as forças partidárias à tarefa de construir as bases econômicas e sociais da transição do capitalismo ao socialismo. Evidenciava-se o esgotamento do que se denominou “comunismo de guerra”, com o qual se governava por decreto e impunha à força o funcionamento econômico da relação entre o campo e a cidade. As medidas de confisco de parte da produção camponesa não só não mais serviam nas condições em que a guerra civil havia acabado e uma nova etapa de construção se impunha. A aliança operária e camponesa que tinha possibilitado a derrubada do governo burguês provisório continuava imperante para as novas etapas da construção econômica e do enfrentamento às pressões externas e internas voltadas à restauração do capitalismo.

Em 1921, o X Congresso do partido decidiu pelo abandono do “comunismo de guerra” e estabeleceu, sob a orientação de Lênin, a Nova Política Econômica (NEP). Lênin fundamenta que a “nova política econômica implica a substituição do confisco de excedentes por um imposto, significa, em grau considerável, voltar ao capitalismo, em que medida não sabemos”. Estava claro que o regime soviético não sobreviveria sobre a base do “comunismo de guerra” e a economia arruinada precisava ser reconstruída desde seus alicerces, de forma que recorrer ao mercado não era uma

opção, mas a única condição que restava para se travar a luta pela construção da economia socialista.

A defesa de Lênin de que a NEP era transitória estava em que com o reanimamento econômico o “poder estatal proletário demonstrará estar capacitado com o apoio do campesinato, para manter os capitalistas em rédea curta de modo a dirigir o capitalismo pelos canais estatais e criar um capitalismo que se subordina ao Estado e o sirva”. Essa era a condição transitória para vencer a etapa mais decisiva de garantia de funcionamento do Estado soviético e aplicação de uma política proveniente do proletariado no poder.

Argumenta Lênin: “O poder proletariado organizado – os operários avançados e uma pequena parte de camponeses avançados compreenderão essa tarefa e saberão organizar em torno de si o movimento popular – em cujo caso seremos os vencedores. (...) A ditadura do proletariado é uma guerra encarniçada. O proletariado triunfou em um país, mas é ainda débil internacionalmente. Deve unir ao seu redor todos os operários e camponeses, sabendo que a guerra não terminou. (...) Jamais na história houve uma luta como a que estamos presenciando agora; mais de uma vez houve guerras entre camponeses e latifundiários desde os primeiros tempos da escravidão. Tais guerras ocorreram mais de uma vez, mas jamais houve uma guerra de um poder estatal contra a burguesia de seu próprio país e contra a burguesia unida de todos os países. (...) O desenlace da luta depende de que tenhamos êxito em organizar os pequenos camponeses sobre a base do desenvolvimento de suas forças produtivas com a ajuda do poder proletário para esse desenvolvimento, pois do contrário os capitalistas o farão. (...) Nós mesmos devemos criar essa experiência e poder confiar somente na consciência da classe operária e camponesa”.

Consciente das contradições que continham a Nova Política Econômica, Lênin a concebe transitoriamente do ponto de vista do proletariado e confiante em sua capacidade de enfrentar e derrotar as tendências restauracionistas.

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA

POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

BOLETIM CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional | R\$ 5

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional | Edição em Português | Nº 42 | Dezembro de 2025

Agrava-se a crise mundial

Resolução do CERQUI sobre a América Latina

Estados Unidos ameaçam derrubar o governo chavista de Nicolás Maduro

Defesa incondicional da Venezuela

Organizar a frente única anti-imperialista

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Versão em Português

Nº 42 | DEZEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

☎ (11) 9 5446-2020

📧 massas.por

🌐 massas.org

✉ por@pormassas.org